



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

EDÊNIA FRANCISCA SANTOS GOUVEIA
VICTÓRIA HELLEN FEITOZA LUZ

CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER: UMA ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS OFERTADOS ÀS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS
COQUEIROS/SE

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2019

EDÊNIA FRANCISCA SANTOS GOUVEIA

VICTÓRIA HELLEN FEITOZA LUZ

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER: UMA ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS OFERTADOS ÀS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS
COQUEIROS/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2019

EDÊNIA FRANCISCA SANTOS GOUVEIA

VICTÓRIA HELLEN FEITOZA LUZ

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER: UMA ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS OFERTADOS ÀS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS
COQUEIROS/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Me. Catarina Nascimento de Oliveira (Examinadora)
Universidade Federal de Sergipe

A. Social Me. Maria de Fátima Silva Oliveira (Examinadora)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

AGRADECIMENTOS (EDÊNIA)

Inicialmente agradeço a Deus por toda força que me deu ao enfrentar as lutas diárias, durante esse percurso árduo da graduação e por me permitir chegar até aqui, só ele sabe de todas as batalhas internas e das minhas limitações. Nas madrugadas, era meu porto seguro com quem conversava e ouvia as minhas súplicas e dores quando pensei em desistir. Obrigada ao meu pai criador, por nunca desistir de sua filha. Aos meus intercessores na fé, Nossa Senhora das Graças, São Cosme e São Damião que nunca permitiram falhar com a minha espiritualidade, pois meu caminho é trilhado perpassado pela esperança e amor.

Ao longo dessa trajetória, não posso deixar de mencionar o meu esposo, amigo e parceiro de todas as horas Lúcio Wesley, sem dúvidas é a figura mais representativa na minha vida, que torce e vibra com minhas conquistas e quando esmoreço é o meu maior impulsionador. Quem cuidou de mim nas minhas fraquezas, nas minhas labutas diárias, o companheiro, motorista, cozinheiro, massagista, enfim o ser humano que dedicava seu tempo para cuidar de mim. Deste modo, ainda correlacionava nossas conversas com referências do TCC, e ao final suas palavras eram **“Não posso escrever por você, mas te apoio no que precisar”**. A você dedico todo meu amor e minha eterna gratidão, TE AMO!

Ademais, agradeço a minha Mãe ao seu modo de amar, sempre me incentivou e me apoiou com palavras de conforto e carinho que foram essenciais para meu crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional, mainha amor incondicional, AMO VOCÊ e obrigada por nunca desistir de mim, sei que sua vida não foi fácil, e por isso dedico esse TCC a ti.

A minha irmã e comadre Elida, na sua alegria e espontaneidade trouxe sempre as palavras de amor, conforto e amizade, obrigada por sempre me proteger e me amar sem cobranças. Somos irmãs, amigas e parceiras da vida, conte comigo para tudo que precisar sempre. Sou grata a você e me sinto muito feliz e honrada em ser madrinha do nosso Erick Ruan, sobrinho amado, que me tem um carinho inexplicável.

Ao meu irmão George, a você dedico meu amor e carinho, seu apoio emocional sempre me trouxe consolo nos dias difíceis da minha vida e me trouxe novas formas de sorrir. Sempre soube que seu amor comigo nunca falhou e agradeço a toda sua família (Wellyda cunhada, Maria Eduarda, Geovana e Maria Helena minhas sobrinhas) pelo carinho constante.

Não me faltam palavras para descrever meus irmãos, para sempre existirá um ELO muito forte entre nós, AMO VOCÊS com cada jeitinho diferente de ser.

As minhas amigas que conquistei aos passos da graduação, um trio Victória e Mayara, amigas que quero levar para minha vida sempre. Não é fácil falar em vocês, que sempre me

apoiaram e nunca permitiram que eu andasse sozinha nesse processo tão difícil, cheios de renúncias e dificuldades. As minhas meninas, assim as chamo, pois tenho idade a maior que elas e não por isso me deixaram no escanteio e sempre brincavam que eu tinha mais energia, ao somar as duas. Amo vocês minhas pequenas!

Além disso, o processo do TCC é cheio de angustias, pois existem as temáticas escolhidas por cada uma e nesse percurso de incertezas Victória me acompanha no caminhar da temática “Gênero” tão significativa para nós duas com tamanha relevância e conhecimentos. Deus não poderia preparar uma dupla melhor, minha pequena, muito obrigada por tudo, por segurar minhas mãos, enxugar minhas lágrimas, por se deslocar até minha casa e sempre está disposta aos novos desafios e leituras. A você agradeço imensamente pelo amor, carinho e confiança depositado a mim. **Nosso lema é... “ buscar e afirmar todos os dias os direitos igualitários de todas as mulheres”.**

Agradeço imensamente a Profª Me. Catarina que na disciplina de Gênero nos direcionou nas buscas e leituras com indicações de referências bibliográficas. E ao longo do período com sua gentileza nunca negou seu abraço, seu apoio e de forma contínua nos impulsionou e acolheu por diversas conversas nos corredores do DSS. Obrigada por aceitar o nosso convite a participar da nossa banca com respeito e amor. Agradeço a Fátima assistente social, que aceitou com primazia o convite de participar da nossa banca examinadora, você é uma pessoa maravilhosa e especial, que se debruçou em nosso trabalho com tanto carinho.

AGRADECER a nossa maravilhosa orientadora Profª Drª Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, conhecida como “LICA”, não poderíamos escolher outra pessoa, dedicada, exemplo de ser humano. Nos momentos mais difíceis com sua maestria nos orientou com leveza e compreendeu nossas dificuldades, assim como uma profissional sábia nos potencializava mediante as leituras sem que percebêssemos crescíamos as nossas escritas. Nesse ínterim, percebi que somente LICA, com seus atos e palavras acreditou na dupla, que tanto lhe deu trabalho e segurou nossas mãos e nos acolheu em seus braços. Obrigada por todo carinho e respeito para conosco.

Agradeço a equipe de trabalho do CRM, por sempre me apoiar e torcer durante o percurso do TCC e compreender os dias que ficava aflita nas análises das fichas cadastrais, com palavras de apoio e carinho. Deste modo, agradeço de forma imensurável a secretária Eliana Martins que sempre me incentivou a estudar e confiou a mim a oportunidade de executar o trabalho no CRM.

AGRADECIMENTOS (VICTÓRIA)

Ao senhor Deus que sabe do meu coração e de todas as circunstâncias que envolveram a construção dessa monografia, em um ano tão difícil de profundas mudanças internas e externas. Nesse contexto, retomei minha conexão espiritual e nos momentos de desespero, profunda tristeza e vontade de desistir, recorri ao conforto da fé. Agradeço a mim mesma, por não ter me entregado à todos os pensamentos negativos de dúvida da minha própria capacidade de produzir. Por muitas vezes as minhas forças intelectuais se esgotaram, mas durante o processo, precisei me reerguer a cada dia para continuar.

Agradeço a minha avó Gilda, por ser minha segunda mãe e a pessoa tão importante na construção do ser humano que sou hoje. Sem você, nada seria possível e talvez nem estaria em uma universidade federal. Sou grata pelo amor durante toda a vida e também pela criação, mesmo que difícil, mas determinante para minha integridade.

À minha mãe Emiliana por todos os dizeres, incentivo e amor em minha vida. Muitas vezes quando eu estava perdida por diversas questões, você me dizia que sempre existe uma luz no fim do túnel e que essa luz, muitas vezes sou eu mesma, só basta acreditar. Amo uma mãe amiga e agradeço a parceria maravilhosa que temos uma com a outra.

Gratidão à Edênia Francisca, minha dupla e amiga que amo. Sou grata pela sua amizade e por ter me acolhido com tanto amor e carinho em sua vida. Agradeço a oportunidade de conhecer uma mulher tão incrível, engraçada e comprometida com tudo que faz. Fui apresentada ao tema da violência contra a mulher por você, e juntas, aprendemos tanta coisa durante a graduação, e mais ainda, nesse último ano na construção da monografia. Obrigada por todo apoio não só nesse momento, mas em outros momentos da minha vida e por sempre me mostrar que eu mereço muito mais do que aquilo que imagino. Agradeço ao seu esposo Lúcio Wesley, por toda paciência conosco durante esse processo tão difícil e repleto de abdições. Obrigada pelo apoio psicológico quando estávamos no desespero, às vezes sem conseguir produzir uma linha desse trabalho; apoio alimentar, quando não tínhamos tempo de sequer pensar em comer; apoio intelectual ao nos ajudar a construir a história da barra dos coqueiros. E tudo isso, sempre com o sorriso no rosto. Amo e adoro o Casal Gouveia, aprendi muitíssimo com vocês dois e levarei todos os ensinamentos para a minha vida tanto profissional, quanto pessoal.

Imensa gratidão as minhas amigas de infância Amélia, Maysa e Rayane. Obrigada por serem as melhores amigas e por compreenderem todos os momentos que não pude estar com

vocês em comemorações ou por não conseguir dar o meu melhor como amiga. Amo vocês demais.

Agradeço a minha amiga belíssima Mayara Augusta, por ser esse anjo sem asas na minha vida. Obrigada por todas as palavras sensatas e apoio nos meus momentos de baixo astral e bad profunda. Sempre digo que somos gêmeas em muitos momentos da vida, sejam de amor ou dor. A UFS me deu de presente a sua amizade e a de Edênia, e sou extremamente grata por todas as alegrias e tristezas que vivemos juntas, tanto na universidade, quanto em outros momentos fora dela, sempre apoiando uma à outra independente de qualquer circunstância.

Agradeço à professora Catarina, pela disponibilidade nos corredores do departamento e por ter contribuído tão profundamente nas nossas pesquisas bibliográficas sobre gênero. Agradeço por nos incentivar no âmbito acadêmico, mas também pelas palavras de apoio e conforto que sempre nos deu nos momentos difíceis. Agradeço também à assistente social Fátima, por aceitar o convite em participar da nossa banca e por todo o carinho e gentileza conosco antes, durante e depois da defesa da monografia. Sou grata pelo momento rico de troca de experiências que tivemos e pela oportunidade de conhecer uma pessoa tão especial.

Gratidão a nossa orientadora Lica, por ser esse ser humano tão sensível e compreensiva conosco, desde a primeira disciplina que ministrou para nossa turma. Não poderíamos ter escolhido outra pessoa para nos orientar, a não ser a senhora. Obrigada pelos puxões de orelha durante as orientações e por nos mostrar a cada dia nesse último ano, que somos capazes de produzir conhecimento. Agradeço pelas palavras em nossos momentos de desespero, em meio às lágrimas de exaustão por não suportar mais todo o processo. Agradeço também, pelos risos dos momentos divertidos que nós três passamos juntas. Lica, você tem um lugar muito especial em meu coração e eu te agradeço por ser um ser humano e profissional tão incrível.

“No dia que for possível à mulher amar-se em sua força e não em sua fraqueza; não para fugir de si mesma mas para se encontrar; não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal”.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

A monografia tem como objetivo analisar as ações desenvolvidas e serviços ofertados às mulheres em situação de violência no Centro de Referência da Mulher Prof.^a Neuzice Barreto no município de Barra dos Coqueiros/SE. O intuito foi compreender, a partir dessa análise, se o CRM atende as demandas do público-alvo de acordo com o que está previsto na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - NTU. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório com abordagem qualitativa- quantitativa que se referencia no método materialista histórico-dialético. Para melhor entendimento da temática, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental que se constituiu nas fichas cadastrais e relatórios de gestão no período de 2014-2018 do citado Centro. Além de utilizar de bibliografia e documentos relativos a gênero, Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I, II e III), Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Pacto de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, Lei Maria da Penha 11.340/2006, marcos legais e movimentos feministas. Essas fontes proporcionaram um arcabouço teórico a partir do entendimento das políticas públicas para as mulheres a nível mundial, nacional, estadual e municipal. Entre os principais resultados da pesquisa destacam-se: a forma da violência física que apresentou aumento, no ano de 2014 com 12 registros em 2018, com 55 registros correspondendo ao percentual total de 30,72%. A violência psicológica também apresentou crescimento de 3 registros, em 2014, para 53 registros, em 2018, com percentual total de 32,27%. A violência patrimonial apresentou crescimento nos anos 2015, 2017 e 2018. Em relação à violência sexual, observa-se um crescimento expressivo no ano de 2017, mas no ano de 2015 houve uma diminuição comparada a 2014, ano base da pesquisa. Em relação à identificação dos agressores no CRM, o companheiro foi quem apresentou o maior índice, seguido do ex-companheiro. Já a faixa etária das vítimas destaca-se a idade de 18 a 29 anos, seguida da idade de 30 a 39 anos. Ressalta-se que o companheiro, ex-companheiro, esposo/marido, namorado e ex-namorado são constituídos, em sua maioria, por pessoas que têm relação afetiva com a vítima. Entende-se, desse modo, que o patriarcado está enraizado na sociedade reforçando a cultura machista e a violência de gênero, que transcende todas as classes sociais, raça, condição sócio-econômica, orientação sexual, idade, religião e nível educacional.

Palavras-chave: Centro de Referência da Mulher. Gênero. Políticas Públicas. Violência contra a mulher.

ABSTRACT

The purpose of the Monograph is to analyze how actions and services offered to women in situations of violence at the Prof.^a Neuzice Barreto Women's Reference Center in the county of Barra dos Coqueiros / SE. The purpose was to understand, from this analysis, if the CRM meets as demands of the target audience according to what is provided for in the Technical Standard for Uniformization of Centers for Women in Violence NTU. This is an exploratory research with qualitative-quantitative approach that refers to a historical-dialectical materialist method. For a better understanding of the theme, we used a bibliographic and documentary research that constituted the registration forms and management reports in the period 2014-2018 of the Cited Center. In addition to using bibliography and gender-related documents, National Policy Plan for Women (I, II and III), Violence against Women Drilling Network, Punching and Violence against Women Pact, Maria da Penha Law 11.340 / 2006, legal frameworks and feminist movements. These sources provided a theoretical framework from the understanding of public policies for women at the world, national, state and municipal levels. The main results of the survey include: the form of physical violence that increased, in 2014 with 12 records in 2018, with 55 records corresponding to the total percentage of 30.72%. Psychological violence also grew by 3 records in 2014 to 53 records in 2018, with a total percentage of 32.27%. Asset violence increased in 2015, 2017 and 2018. Regarding sexual violence, there was a significant growth in 2017, but in 2015 there was a decrease compared to 2014, the base year of the survey. Regarding the identification of aggressors in the CRM, the partner presented the highest index, followed by the former partner. Already the age group of victims stands out the age of 18 to 29 years, followed by the age of 30 to 39 years. It is noteworthy that the partner, ex-partner, husband / husband, boyfriend and ex-boyfriend are mostly made up of people who have an affective relationship with the victim. Thus, it is understood that patriarchy is rooted in society reinforcing the macho culture and gender violence, which transcends all social classes, race, socioeconomic status, sexual orientation, age, religion and educational level.

Keywords: Women's Reference Center. Genre. Public policy. Violence against women.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Comparativo das Formas de Acesso ao CRM - %

Gráfico 02. Formas de Violência Identificadas no CRM - %

Gráfico 03. Comparativo das Formas de Violência Física e Psicológica Identificadas no CRM - %

Gráfico 04. Agressores Identificados no CRM - %

Gráfico 05. Níveis de Escolaridade das Mulheres em Situação de Violência Identificadas no CRM

Gráfico 06. Estado Civil das Mulheres em Situação de Violência Identificadas no CRM - %

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Quantitativo de Profissionais Identificados no CRM durante o período 2014-2018.

Quadro 02. Comparativo entre Profissionais conforme Norma Técnica de Uniformização e Profissionais do CRM.

Quadro 03. Ações Permanentes Identificadas no CRM durante o período 2014-2018.

Quadro 04. Palestras Identificadas no CRM durante o período de 2014-2018.

Quadro 05. Oficinas Identificadas no CRM durante o período 2014-2018.

LISTA DE SIGLAS

B.O – Boletim de Ocorrência

CEJIL – Centro de Justiça

CRM – Centro de Referência da Mulher

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CREAM's – Centros Regionalizados de Atendimento à Mulher

CLADEM – Comitê Latino-Americano e do Caribe de Defesa dos Direitos da Mulher

CEDM – Conselho Estadual de Direitos da Mulher

CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher

CEPM – Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres

CMPPM – Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres

DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

DEPIR – Departamento Estadual de Políticas de Igualdade Racial

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IML – Instituto Médico Legal

LMP – Lei Maria da Penha

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NTU – Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

NUDEM – Núcleo Especializado de Promoção e Defesa de Direito da Mulher

OPM's – Organismos de Políticas para as Mulheres

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SPM – Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres

SEPM – Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: SUBORDINAÇÃO OU NATURALIZAÇÃO?	20
2.1	CONCEPÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS NA SOCIEDADE PATRIARCAL	20
2.2	DA VIOLÊNCIA À PROTEÇÃO LEGAL: LEI MARIA DA PENHA 11.340/2006	32
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: A RECONFIGURAÇÃO DA MULHER NOS PROCESSOS HISTÓRICOS NO ÂMBITO DOS DIREITOS SOCIAIS	37
3.2	CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS	49
3.3	A REDE DE PROTEÇÃO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	51
4	CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER PROFESSORA NEUZICE BARRETO/SE	54
4.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS/SE	54
4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO ESTADO DE SERGIPE	57
4.3	ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER PROFESSORA NEUZICE BARRETO/SE	60
4.3.1	FORMAS DE VIOLÊNCIA IDENTIFICADAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER PROFESSORA NEUZICE BARRETO DE BARRA DOS COQUEIROS/SE	65
4.3.2	PERFIS DOS AGRESSORES E DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA IDENTIFICADOS NO CRM	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
7	APÊNDICE	97
8	ANEXOS	98

1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a temática de violência contra as mulheres no contexto social histórico, *a priori*, está relacionado à reprodução patriarcal e machista perpetrada na sociedade ao longo do tempo. Para, além disso, percebe-se as diferenças entre os gêneros, pois o homem, é evidenciado como o macho detentor do poder, mesmo diante das crescentes lutas feministas e de movimentos de mulheres na busca de seus direitos.

A posteriori, a experiência vivenciada enquanto Diretora de Políticas Públicas para as Mulheres no Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto – CRM na Barra dos Coqueiros/SE, por uma das autoras da presente monografia, possibilitou perceber a necessidade de analisar o referido Centro, uma vez que existem poucos estudos direcionados tanto para equipamentos sociais dessa natureza quanto para o órgão deste município. Além disso, observou-se a dificuldade da socialização dos serviços prestados pelo CRM, assim como, a dificuldade de acesso para as vítimas em situação de violência devido a sua localização.

Esses aspectos refletem diretamente nas demandas a serem atendidas, mesmo com a crescente busca de parcerias por meio da diretoria e coordenação de políticas públicas para as mulheres, que são Organismos de Políticas para as Mulheres - OPM's que atuam diretamente no CRM, junto à rede socioassistencial e a rede de atendimento à violência contra a mulher, a saber, o Ministério Público – MP, 1ª Vara Criminal de Juízo da Comarca de Barra dos Coqueiros e a 11ª Delegacia Metropolitana de Barra dos Coqueiros. Daí, a proposta de eleger o CRM como objeto de pesquisa dessa monografia.

Constata-se que, até a elaboração da presente monografia, os documentos encontrados em Sergipe relacionados à Centro de Referência da Mulher constituem-se na dissertação intitulada “Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Tobias Barreto/SE”. Essa dissertação foi elaborada por Maria de Fátima Silva Oliveira e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2014. Ademais, em 2019, a estagiária de Serviço Social Daniele Santos Moura, lotada neste Centro que é objeto de estudo, apresentou seu trabalho de conclusão de curso junto a Faculdade Maurício de Nassau, com o tema “O índice de Violência contra a Mulher no município de Barra dos Coqueiros”.

Os artigos e livros selecionados para a pesquisa bibliográfica realizada pontuam os marcos em relação ao debate da violência de gênero, lutas feministas, políticas públicas para as

mulheres, formas de violência doméstica e violência contra as mulheres. De forma sucinta, fez-se um apanhado da importância dessa discussão para a sociedade e quais avanços já se objetivaram em relação ao tema, que apesar de antigo, é ao mesmo tempo tão presente no cotidiano, bem como as considerações referentes ao que ainda precisa ser consolidado dentro dos diferentes contextos. Essas considerações referem-se tanto ao aprofundamento teórico, quanto do arcabouço legal disposto para atender as mulheres em situação de violência.

A partir dessas considerações iniciais, foi definido como objetivo dessa monografia analisar as ações desenvolvidas e os serviços ofertados às mulheres em situação de violência doméstica, no Centro de Referência da Mulher Prof.^a Neuzice Barreto no município de Barra dos Coqueiros/SE, entre os anos 2014 a 2018. Ademais, foram formulados os seguintes objetivos específicos, identificar as ações desenvolvidas no CRM; verificar quais são os serviços ofertados no CRM; relacionar se o CRM atende as demandas do público-alvo de acordo com o que está previsto na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – NTU.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, cujo procedimento de coleta de dados constitui-se na pesquisa bibliográfica num primeiro momento, para maior apropriação teórica do tema escolhido a partir da leitura de artigos, dissertações, livros e sites.

Contudo, no segundo momento, o foco principal foi a pesquisa documental, com a finalidade de analisar os documentos relacionados às políticas para as mulheres e os disponibilizados na instituição. Em relação ao primeiro grupo, foram selecionados documentos que apreendem um panorama geral, tais como: Lei Maria da Penha 11.340/2006, Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - NTU (2006a), Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007), Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (I, II e III), Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2011), Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), para compreensão específica do funcionamento e estrutura dos Centros de Referência. Dessa forma, de acordo com Gil (2002, p. 45),

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa.

Em relação aos documentos do CRM foram usados na pesquisa: fichas cadastrais correspondendo ao período de 2014 a 2018; do grupo de mulheres “A Força da Mulher”,

relacionadas ao período de 2014 a 2018; Relatório de gestão do CRM compreendendo o período de 2014 a 2018; formulários de notificação relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016.

A análise das fichas cadastrais, utilizadas pela equipe multidisciplinar do CRM, teve como finalidade quantificar os atendimentos realizados, o perfil do agressor e da vítima, as formas de violência, os níveis de escolaridade da vítima, a faixa etária das vítimas, estado civil e as buscas de acesso ao serviço do CRM a partir das demandas identificadas. Os relatórios anuais de gestão do CRM Barra dos Coqueiros/Se possibilitaram identificar as ações desenvolvidas e verificar os serviços ofertados pelo órgão.

Para, além disso, outras possibilidades de acesso às informações sobre os serviços e ações executados no CRM tais como: site da prefeitura da Barra dos Coqueiros, o contato com a vigilância socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social- SMAS foram pesquisados. O período de análise da monografia, 2014 a 2018, tem relação com o objetivo de visualizar as políticas públicas voltadas para as mulheres no âmbito nacional e estadual. Sabe-se, que estas começaram a ter, maior visibilidade a partir dos dois mandatos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, compreendendo o período entre 2003-2011. Ademais, fizeram parte de suas propostas iniciais de governo, a participação das feministas que lutavam por direitos igualitários, e entre suas pautas, tinha como destaque a luta pelo fim da violência contra as mulheres. Nessa perspectiva, salienta-se que a primeira presidenta do Brasil Dilma Rousseff ao assumir o governo, deu continuidade às propostas do governo anterior e ao processo de intersetorialidade das políticas públicas para as mulheres, com a implantação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), bem como da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2011) e o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013).

Por outro lado, a partir de 2016 houve um retrocesso das políticas para as mulheres, quando acontece o *impeachment* da presidenta e assume o vice-presidente Michel Temer, governo de direita. Um exemplo ilustrativo desse governo, é o decreto de nº 9.417 de junho de 2018, que transferiu a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – SPM e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM, da Secretaria de Governo da Presidência para o Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018). Apesar de não ser intenção analisar os governos distintos, o período selecionado abrange essas mudanças. A escolha do ano de 2014, corresponde ao momento de consolidação das atividades do CRM no sentido de documentar as ações desenvolvidas através de relatórios de gestão e o ano de 2018, está relacionado ao período de conclusão da disciplina trabalho de conclusão de curso I (TCC I) aonde os procedimentos metodológicos têm que ser definidos no projeto de pesquisa.

Em janeiro de 2019, assume a presidência da república Jair Bolsonaro, que tem um governo permeado por ideologias ultraconservadoras, neoliberais e com difícil relação junto aos movimentos sociais. Na conjuntura atual, as classes minoritárias são mais afetadas, no que concerne a perda de direitos sociais construídos ao longo da história. Este aspecto causou impacto nas atividades das pesquisadoras dessa monografia, que tiveram grandes dificuldades de localização de materiais e documentos, produzidos a partir da SPM, uma vez que o site dessa Secretaria foi incorporado ao Ministério da Família e dos Direitos Humanos.

A análise dos documentos coletados permitiu constatar se as ações e os serviços estão de acordo com o que está posto na NTU, com o intuito de averiguar se ambos estão sendo executadas em conformidade com a referida norma técnica.

A abordagem utilizada foi qualitativa-quantitativa, mas cabe ressaltar que, apesar de fazer uso de dados quantificados a partir da análise das fichas cadastrais, a mesma demanda uma reflexão acerca das relações e contextos que permeiam esses dados. De acordo com Deslandes; Minayo (2002, p. 22), “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Na perspectiva de qualificar o trabalho, as autoras apoiaram-se no materialismo histórico-dialético baseado na teoria social crítica de Karl Marx. Diante disso, entende-se que,

[...] para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e conexões. Fica claro também que a dialética é contrária a todo conhecimento rígido. Tudo é visto em constante mudança: sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma (GIL, 2008, p. 31 – 32).

De acordo com Netto (2011), a teoria social de sociedade é o conjunto articulado de explicitações metodológicas acerca de um objeto bem determinado. O objeto de estudo de Marx foi a sociedade burguesa a partir da qual produziu conhecimento teórico, ou seja fez a reprodução do movimento real do objeto. Para Marx, é de suma importância, a relação sujeito-objeto.

A reprodução ideal é o propósito do sujeito pesquisador e este tem como objetivo reproduzir idealmente, no mundo das ideias, de forma concreta, o objeto estudado. A teoria quer retirar da realidade o movimento concreto da mesma e a reprodução desse movimento tem que partir da aparência imediata do objeto.

O ponto de partida do conhecimento tem que advir do conhecimento empírico, que se constitui como resultado de experiência evidente, do que é dado em seu imediatismo. Dessa

forma, a partir da aparência que pode ter o caráter de revelar ou ocultar, o movimento intelectual do sujeito direciona para essência dos fenômenos. O sujeito que pesquisa tem que extrair do objeto suas categorias constituintes e compreender o seu movimento contraditório, com confrontos e especificidades.

Diante do exposto, verifica-se como questão norteadora, se o Centro de Referência atua em conformidade com os documentos legais, o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I, II e III); Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - NTU.

A presente monografia está estruturada em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo são tratados aspectos históricos de gênero e violência contra a mulher, lutas feministas e a Lei Maria da Penha enquanto aparato legal, bem como os dados colhidos, a partir da análise das fichas cadastrais, retratando as formas de violência, o perfil da vítima e do agressor identificados na pesquisa.

O segundo capítulo aborda sobre as Políticas Públicas para as Mulheres, os Planos Nacionais (I, II e III), o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a relação entre os Centros de Referência com a Política de Assistência Social- PNAS e o conceito de Rede de proteção. Nessa sequência, apresenta-se os tipos de rede de atendimento à mulher e a rede socioassistencial, com destaque para a Barra dos Coqueiros.

No último capítulo, apresenta-se inicialmente, os aspectos históricos do município de Barra dos Coqueiros, o conceito dos Centros de Referência da Mulher, enquanto espaço de acolhimento para as mulheres, independente de classes sociais, raça, cor, etnia, situação sócio-econômica, cultura e de orientação sexual. Em seguida é feita uma análise do Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros, das ações e serviços ofertados à população com base na pesquisa documental.

As considerações finais, apresentam algumas sugestões, no sentido de propor melhorias nos serviços ofertados pelo CRM, a respeito da estrutura, ampliação e divulgação do Centro. Além disso, apresentam também, contribuições do estudo para a sociedade barra-coqueirense, futuras pesquisas relacionadas ao tema da violência contra a mulher e aprimoramento intelectual das autoras acerca da temática abordada.

2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: SUBORDINAÇÃO OU NATURALIZAÇÃO?

Esse capítulo aborda inicialmente a concepção de gênero, seguida da concepção de violência contra a mulher e de violência doméstica. São apresentados os distintos significados dessas categorias na sociedade diante da conjuntura de aumento dos índices de violência. Para elaboração desse capítulo, fez-se necessário uma leitura acerca de um resgate histórico a partir de autoras conceituadas no tema.

Por conseguinte, apresenta-se a concepção de gênero e a partir da sua compreensão adentra-se na questão da violência contra a mulher e violência doméstica, cujas temáticas são distintas e ao mesmo tempo entrelaçadas. Ademais, faz-se a contextualização do processo histórico da elaboração e implantação da Lei Maria da Penha 11.340/2006 enquanto aparato legal como recursos para compelir qualquer tipo de violência doméstica e familiar.

Ainda nesse capítulo, serão apresentados alguns dos dados colhidos durante a pesquisa documental realizada no Centro de Referência da Mulher – CRM. Esses dados são quantitativos, referentes às formas de violência, o perfil tanto das mulheres em situação de violência quanto do agressor, e foram construídos a partir de levantamento nas fichas cadastrais dos atendimentos realizados pela equipe multidisciplinar. Os itens faixa etária, escolaridade, estado civil foram fundamentais para traçar o perfil das mulheres em situação de violência e do agressor, durante o período da pesquisa tomado como referência para análise.

2.1 Concepções de gênero e violência: perspectivas históricas e contemporâneas na sociedade patriarcal

A concepção de gênero demanda novos posicionamentos em relação ao sistema patriarcal, no que diz respeito a valores, visões de mundo e modos de vida. Com isso, proporciona compreensão acerca das relações que permeiam os gêneros, sejam essas de desigualdade e iniquidade, enquanto frutos de uma ordem dominante de sociedade e opressões que perpassam as categorias de raça, classe, etnia impostas às mulheres (LISBOA, 2014).

Scott (1995) traz uma reflexão para enfatizar que as palavras têm sua própria história, e aqueles que tentam compilar o significado das mesmas, não obterão êxito. Além disso, perpetua-se por anos a utilização dos termos gramaticais de maneira equivocada, a fim de chamar características sexuais ou índole. Com isso, a autora define que a “[...] referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades não-examinadas” (SCOTT,

1995, p. 72). No que diz respeito à forma explícita, o uso da gramática engloba regras formais provenientes do que é atribuído ao masculino ou ao feminino, em relação às possibilidades não-examinadas, compreende-se que em outras línguas, a exemplo da “índo-européia”, existe uma terceira categoria referente ao neutro ou sem sexo.

De acordo com a gramática, o termo gênero entende-se como uma maneira de classificação dos fenômenos, um sistema social permissivo de diferenças. As explicações propõem uma relação entre categorias, de modo a tornar possível às diferenças ou classificações separadamente.

Segundo Scott (1995), o termo gênero passou a ser utilizado inicialmente a partir das feministas americanas, que possuíam o objetivo de ressaltar o caráter social das diferenças estabelecidas no sexo, com a finalidade de atribuir à relação entre os sexos em sua organização de sociedade. O uso do termo sugeria a rejeição ao utilizar os outros termos sexo e diferença sexual a partir do determinismo biológico. Algumas feministas preocupavam-se com a centralidade da produção de estudos referente às mulheres de maneira isolada, e ao utilizar o termo gênero, pretendiam “[...] introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico” (SCOTT, 1995, p. 72).

Diante disso, a compreensão sobre homens e mulheres a partir de estudos, não deveria ser de maneira isolada e sim a partir de uma relação de reciprocidade. Do mesmo modo, pesquisadoras feministas fortaleciam o uso desse termo, pois acreditavam que as pesquisas e estudos sobre as mulheres trariam transformação aos modelos disciplinares, de modo a proporcionar uma nova análise crítica das argumentações e critérios utilizados em trabalhos científicos. Ao pontuar escritas de três feministas historiadoras, a autora traz os argumentos de que a modificação histórica das mulheres compreende a relação em rever e abranger das tradições do que seria importante no aspecto histórico, de modo a introduzir experiências pessoais e subjetivas, bem como questões políticas e públicas. Entretanto, todos esses aspectos implicam em “uma nova história” além da história de mulheres e para isso, era necessário o desenvolvimento do termo gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 1995).

Com base em uma visão de política mais universal, pesquisadoras feministas pontuavam três categorias essenciais para a construção da “nova história”. Primeiro, referia-se o olhar do pesquisador pela gênese da opressão, em busca da análise vivenciada pelos oprimidos a partir das categorias de gênero, raça e classe; segundo referia-se a existência de três eixos como forma de organização que possibilitava o entendimento sobre as desigualdades de poder. Em relação às categorias supracitadas, a classe tem sua justificativa na teoria marxista no que diz respeito

à mudança na história a partir do seu avanço dialético e a determinação econômica, diferentemente da raça e gênero que não possuem as mesmas ligações (SCOTT, 1995).

Os/as historiadores/a feministas ao tentarem concretizar uma teoria para o termo gênero perduraram nas tradições de referência das ciências sociais. Com isso, alguns resultados apresentaram apenas um traço limitado devido à inclusão de tendências generalistas de caráter redutivo ou simplificadas. Esse aspecto segue em contrapartida com a perspectiva de mudança proposta pelas feministas em seus compromissos, bem como a maneira complexa como a história é compreendida em termos de disciplina diante do processo de causa social. Esses/as historiadores/as utilizam abordagens a partir de duas categorias. A primeira possui caráter descritivo, ou seja, não inclui interpretação, explicação ou causa, se limita apenas nos fenômenos ou realidades. A segunda atribui à ordem de causa e faz uma teorização sobre a natureza/gênese desses fenômenos e realidades, na busca pela compreensão explicativa da forma que esses aspectos possuem (SCOTT, 1995).

Scott (1995) salienta que em seu uso mais recente, o termo gênero apresenta-se como “sinônimo de mulheres” e as produções de estudos como livros e artigos, com o passar do tempo foram modificando seus títulos com o termo “mulheres” para gênero, uma vez que o uso do referido termo proporciona o reconhecimento dessa área de pesquisa em aspectos políticos. Além disso, promove um sentido mais objetivo e sério de uma produção científica. Esse termo abarca as “mulheres” como um todo, constituindo a possível busca pela autenticidade no âmbito acadêmico, para estudos de cunho feministas na década de 1980.

Ademais, a utilização do termo faz menção às informações referentes às mulheres que são indispensavelmente informações sobre homens, pois ambos fazem parte de um estudo que deve ser relacional, de modo à “[...] designar as relações sociais entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 75). Outro aspecto compreende a rejeição das explicações de cunho biológico, a exemplo daquelas que buscam justificar as inúmeras maneiras de subordinação feminina.

Essa subordinação apresenta-se nas diversas formas em que à violência contra a mulher se expressa na sociedade, de maneira que um “[...] fator que está relacionado à violência contra a mulher é o silêncio, causado pelo medo ou pela vergonha da mulher agredida que, em geral, não busca ajuda porque teme sofrer mais violência [...]” (ARANHA; JESUS, 2009, p. 283). Pois, a sociedade naturaliza esta violência, à maneira que reproduz discursos de culpabilização das mulheres em situação de violência. No capítulo 04, será abordado elementos que reforçam a subordinação da mulher, a partir da análise de alguns dados coletados no Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto/SE – CRM.

Contudo, torna-se uma criação do meio social referente a idealizações dos papéis de homens e mulheres, ou seja, a origem das identificações subjetivas dos mesmos. A partir dessa definição, o gênero constitui-se em “[...] uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75). Para isto, a aplicação do termo possibilita a distinção entre a prática sexual propriamente dita, dos papéis sexuais que são designados aos homens e mulheres.

O conceito de gênero é complexo uma vez que “[...] tem bases biológicas que implicam a intervenção conjunta dos dois sexos, o macho e a fêmea” (CARLOTO, 2001, p. 201). Nessa perspectiva, é indissociável na sociedade a mediação simultânea dos dois gêneros. De acordo com Lisboa (2014), a complexidade que envolve esse conceito, compreende a violência de gênero para além da força física, pois existem diversos tipos de violência que sobrepõe a mesma, com implicações sociais a exemplo da psicológica que possui invisibilidade notória, não menos complexa ou inferior comparada às demais que reproduzem danos às mulheres em situação de violência.

No mesmo sentido, de acordo com a Organização das Nações Unidas (1993), Velázquez (2006, p. 26 apud LISBOA, 2014, p. 36) ressalta que a “[...] Violência de Gênero é todo ato de violência que tenha ou possa ter como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto produzidas na vida pública como no espaço privado”.

A autora supracitada destaca que a sociedade em sua amplitude conceitua e naturaliza de maneira enraizada, a violência de gênero enquanto culpabilização da mulher por todas as mazelas que lhe são acometidas. Nessa perspectiva, para Carloto (2001), a violência de gênero apresenta modelos que se impõem de forma ditatorial em função do sexo, de maneira a qual tem uma aproximação fundamental ao fenômeno gênero.

Mediante o exposto, para Lisboa (2014), mesmo diante dessa conjuntura, não se deve interpretar o termo gênero com a palavra “mulher” mesmo que o conceito e suas terminologias sejam evidenciados, com ímpeto e destaque para tal. Contudo, sinaliza que esse conceito deve ser utilizado para diferenciar e especificar as classes mulher e homem, para aprofundar compreensão referente ao convívio estabelecido entre um e outro.

O termo gênero é utilizado por Santos e Izumino (2005) para compreender a temática da violência, e com isso, remontam a utilização do termo gênero para entender as dinâmicas complexas da queixa de violência e o estudo sobre a vitimização da mulher, sob uma nova ótica.

As autoras chamam a atenção para dificuldades em conceituar violência de gênero e violência contra a mulher, bem como as possíveis soluções para essas questões. Identificam correntes teóricas de análise sobre a violência contra a mulher a partir da década de 1920.

A primeira refere-se ao conceito de Marilena Chauí (1985), em que esta conceitua a violência a partir da ideologia da dominação reproduzida socialmente, que inferioriza a mulher na sua condição, dissemina discursos sobre o corpo feminino e suas funções reprodutivas. Outro aspecto proveniente da dominação refletido por Santos e Izumino (2005), constitui-se no fato de que as mulheres estão no papel de “cúmplices”, uma vez que são caracterizadas como instrumento da dominação.

A segunda corrente teórica baseia-se na dominação masculina dentro do sistema capitalista e racista, e tem como uma das principais representantes a socióloga Heleieth Saffioti (1987). Essa autora problematiza a dominação sob a perspectiva econômica que proporciona benefícios aos sistemas anteriormente citados, especificamente ao estereótipo de homem branco rico e a mulher no papel de submissa ao poder dele, denominado pela mesma de “poder do macho”. A partir dessa perspectiva, nega o conceito de Chauí (1985) sobre a mulher ser “cúmplice” da própria violência sofrida, definindo-a como papel do sujeito na relação desigual com os homens. Entretanto, segundo Santos e Izumino (2005) essas contribuições sobre o tema não delimitam as diferenças das terminologias de violência contra mulher, doméstica e familiar.

A terceira corrente filosófica refere-se à dominação-vitimização representada pela autora Maria Filomena Gregori, com o trabalho “Cenas e Queixas” (1993), em que faz análise sobre dois aspectos: discursos do feminismo e mulheres que sofrem violência. A autora aponta a contradição observada em algumas mulheres que não querem a separação de seus parceiros quando buscam atendimento e os discursos sobre conscientização das mesmas para se libertarem da dominação. Outro ponto sinalizado por Gregori (1993) é a crítica às abordagens de Chauí (1985), que aponta para o interior dos relacionamentos conjugais, mas não considera a mulher como vítima da relação de dominação do homem (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Santos e Izumino (2005), afirmam que Gregori (1993) introduz uma nova ótica para o debate feminista a respeito da violência, na década de 1990. Entretanto, apesar de entenderem que a autora possui grande importância teórica para o debate, ressaltam que a relação de poder está intrínseca a violência e não pode ser compreendida sem esse aspecto, bem como consideram que a autora não problematiza o contexto tanto social quanto institucional das queixas de violência.

Sabe-se também, que o período histórico em que a categoria gênero passou a ser utilizada no Brasil, se deu na década de 1980. E esta nova categoria, influenciou os estudos sobre violência e também a utilização do termo violência de gênero, que abarca tanto a violência doméstica, quanto a violência familiar. Contudo, Lisboa (2014, p. 36) ressalta a complexidade em torno do conceito do termo supramencionado, uma vez que, o mesmo abrange outros tipos

de violência além da força física, a saber, “[...] violência emocional, invisível, simbólica, econômica, entre outras, cujos efeitos produzem tanto ou mais danos do que a ação física [...]”, pois, são exercidos mediante pressão psicológica ou imposição social.

Santos e Izumino (2005) definem três considerações diante da pesquisa: não limitar o entendimento de dominação patriarcal como único ponto de referência às situações de violência, uma vez que a dinâmica assumida pela mulher nesse aspecto sofre constante repaginação; avançar estudos para definição nos termos utilizados para violência; ampliação do campo de pesquisa para gênero, de modo que não haja exclusão de outras categorias referente à violência, como também maior compreensão social do homem e da mulher sob a ótica das relações de violência; relativizar o papel do homem na violência em determinados contextos.

Saffioti (2002) introduz o debate sobre violência contra a mulher e violência doméstica, sendo a primeira denominação mais ampla em comparação a segunda, uma vez que podem acontecer não somente no âmbito familiar, bem como externo a ele. A autora destaca a complexidade em se compreender o fato do agressor possuir relação familiar ou não com a vítima. Além disso, ressalta que nesta relação sempre há uma figura que exerce seu poder sob os outros membros da residência, aqueles a qual denomina de grupo domiciliar quase família independente de relação consanguínea. Dessa forma, Saffioti (2004, p. 71-72) salienta que,

A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também, pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas(os) e empregadas(os) domésticas(os). Estabelecido o domínio de um território, o chefe, via de regra um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes.

No mesmo sentido, compreende-se que “[...] o poder, assim como todo e qualquer fenômeno social, não é processo de mão única, mas fruto da interação social” (SAFFIOTI, 2002, p. 321). Além disso, o chefe de família não exerce somente a relação de dominação e exploração no seio familiar ou de grupos, mas também em outras esferas da sociedade.

Cunha (2014) ressalta que a violência doméstica, dentre os tipos de violência, é mais complexa por ser silenciada e acometida por pessoas da mesma família ou que dividem o mesmo lar. Nesse sentido, segundo Malila Pereira e Maria Pereira (2011, p. 31), a “[...] violência praticada por estranhos em poucos, raríssimos casos voltará acontecer. Já quando praticada por pessoa próxima, tendem repetir-se inúmeras vezes [...]”.

Nessa perspectiva, Cunha (2014) afirma que a violência contra a mulher é uma situação acometida em famílias com histórico patriarcal que habitam em uma sociedade com

desigualdades de classe, raça e sexualidade. Diante disso, pode-se afirmar que a violência doméstica é consequência das diferentes classes que sobrepõe aos interesses do capital. A autora, diz que o termo violência pode ser compreendido como “[...] uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, reprimindo e ofendendo física ou moralmente” (CUNHA, 2014, p. 150 apud MELO; TELES, 2002, p. 15).

Saffioti (2002) aborda que a utilização do termo violência contra a mulher promoveu a expansão do âmbito da violência doméstica. Contudo, observa-se perda considerável no que diz respeito à violência de gênero no aspecto específico “[...] nas violações dos direitos das crianças e adolescentes, assim como de idosos, por parte, sobretudo, de agressoras” (SAFFIOTI, 2002, p. 322). Nesse contexto, a autora problematiza a questão de mulheres praticarem violência com crianças, mas também afirma a partir de dados internacionais, que o quantitativo de mulheres enquanto agressoras de cunho sexual, é baixíssimo e/ou quase inexistente comparado aos homens, que demandam quase a totalidade de casos.

A partir dessa constatação, compreende-se que a “[...] lógica patriarcal de gênero: o patriarca detém o “direito” à posse, inclusive sexual, de sua prole, especialmente da feminina, o que conta na defesa do uso da expressão violência contra a mulher” (SAFFIOTI, 2002, p. 322). Além disso, essa lógica em seu sentido factual assegura aos homens seu domínio sobre as mulheres, seja ele pelo uso da violência. Contudo, para compreensão desse aspecto, se faz necessário analisar o interior das relações que permeiam as mulheres e homens na sociedade. Dessa forma Saffioti (2004, p. 71, *grifos do autor*) afirma,

Fica, assim, patenteado que a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da *violência de gênero* caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura.

De acordo com Carvalho e Nascimento (2015), é perceptível que o patriarcalismo está enraizado na sociedade, em que se emprega o conceito de diferença entre homens e mulheres, em que o papel da mulher ainda se restringe a ser dona do lar, ser mãe e servir o homem.

Para compreensão acerca do conceito de patriarcado, Morgante e Nader (2014) reúnem algumas perspectivas acerca do termo patriarcalismo sob a ótica de intelectuais que possuem nuances marxista, sejam algumas mais exacerbadas que outras. Diante disso, observa-se a heterogeneidade na utilização de algumas abordagens, de modo que alguns argumentos são voltados para utilização ou não desse termo, em estudos feministas.

Morgante e Nader (2014), afirmam que para as autoras Mary G. Castro e Lena Lavinas, o conceito de patriarcado é utilizado de forma adjetiva, de modo que se refere ao conceito de Max Weber sobre o patriarcalismo. Esse conceito compreende que a dominação é exercida no âmbito doméstico, bem como em modelos sociais elementares que possuem legitimidade assegurada pela herança cultural, a qual considera o senhor enquanto lei.

Desse modo, a crítica das autoras, em relação ao uso desse conceito está relacionada com o fato de que o mesmo antecede a sociedade capitalista, tornando-se impróprio para utilização, uma vez que não possibilita a contestação sobre as complexas relações de gênero na contemporaneidade. Além disso, essas autoras ponderam que “[...] as feministas se utilizam do termo *patriarcado* de maneira heterogênea e sem concordância conceitual, exceto no que tange à referência de patriarcado enquanto poder e a dominação dos homens sobre as mulheres” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 2, *grifos do autor*).

Morgante e Nader (2014) ressaltam que Saffioti ao refletir sobre o ato de denúncia da dominação patriarcal, também questiona o uso do termo segundo a concepção de Max Weber. Posto que, as feministas da segunda onda¹ do feminismo, sejam essas radicais ou marxistas, rejeitavam o uso do termo patriarcado segundo Max Weber. Ademais, pode-se reformular esse uso para uma forma mais englobante, de acordo com a conjuntura contemporânea e suas complexas relações. Não obstante, Saffioti (1992) entende que o feminismo de cunho marxista divide-se naqueles que compreendem e atribuem ao sistema capitalista a subordinação do patriarcalismo e outros que usam o conceito apenas ideológico.

No mesmo sentido, ao introduzir os argumentos de Christine Delphy, as autoras relacionam com o pensamento de Castro e Lavinas sobre o uso heterogêneo do termo patriarcado no movimento feminista. Com isso, apresentam a diferenciação entre as feministas radicais e as feministas socialistas. No entanto, as feministas radicais entendem essa opressão, advinda do sistema patriarcal e a posição que os homens possuem como beneficiários enquanto categoria social e as socialistas compreendem a violência vivenciada pelas mulheres devido ao sistema capitalista, assim como os capitalistas são beneficiários diretos desse sistema (MORGANTE; NADER, 2014).

Cabe assinalar que, a partir da compreensão referente aos estudos sobre feminismos, a alternativa de utilização do conceito de patriarcado atribui-se na perspectiva de abarcar diversas esferas sociais. Desse modo, a visão desse conceito possibilita observar que o aspecto da

¹ As ondas do feminismo serão abordadas no capítulo 03.

dominação perpassa essas esferas, da maneira em que é compreendido enquanto um sistema (MORGANTE; NADER, 2014).

Nessa perspectiva, Morgante e Nader (2014) reitera que a autora Elisabeth Souza Lobo opta por não utilizar o conceito de patriarcado, do mesmo modo que Castro e Lavinias. Diante disso, segundo as autoras, há uma preferência em utilizar o termo gênero para compreender a divisão sexual do trabalho vivenciado nas relações sociais por homens e mulheres. A partir desse prisma, compreende-se que alguns autores brasileiros que abordam essa perspectiva, fazem a relação com o referido conceito, e com isso,

[...] a ordem patriarcal seria uma estrutura determinante da divisão sexual do trabalho, levando-se em conta as diferenças históricas dessa divisão. O *patriarcalismo* estaria, assim, na base da divisão sexual do trabalho, dando início a ela, e surge, por sua vez, dos fundamentos materiais da sociedade (MORGANTE; NADER, 2014, p. 3, *grifos do autor*).

Dessa forma, compreende-se que o patriarcado relaciona-se com a divisão sexual do trabalho, que antecede os moldes da sociedade capitalista atual, mas possui uma carga histórica forte e enraizada. No entanto, esse processo histórico deve ser considerado em análise sobre o conceito, uma vez que na contemporaneidade perpassa por diversos segmentos da sociedade.

Não obstante, Morgante e Nader (2014) afirmam que a partir da opção de Elisabeth Lobo em não fazer o uso do conceito de patriarcado, possui preferência pelo termo gênero, para analisar os moldes da divisão sexual do trabalho daqueles que vivem como homens e mulheres nas relações sociais. Diante disso, a compreensão teórica acerca da divisão do trabalho enquanto um desdobramento da estrutura patriarcal baseia-se na perspectiva marxista.

As autoras supracitadas, baseadas nos pensamentos de Christine Delphy, pontuam que o uso do conceito patriarcado de forma adjetiva possui determinação clássica, e dessa forma, pode ser considerado “pré-feminista”, o qual era aplicado em literaturas do século XIX. Mediante a isso, esse conceito adquire cunho de natureza humana, cuja existência torna-se indispensável e com ausência de explicação concisa. Contudo, em relação à determinação clássica de patriarcado, compreende-se enquanto “[...] uma estrutura mental natural de constituição da sociedade como um todo” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 5).

Morgante e Nader (2014) expõem os argumentos da autora Carole Pateman, os quais atribuem em primeiro lugar, uma concepção de cunho literal ao conceito de patriarcado, visto enquanto estrutura fundante da vida social. Em segundo lugar, uma concepção de cunho genérico, vista sob a ótica de que as relações sociais do patriarcado são atribuídas à família.

Destarte, Malila Pereira e Maria Pereira (2011), e Cunha (2015), afirmam que a violência contra a mulher perpassa por todas as fronteiras culturais, e que a desigualdade existente entre homens e mulheres, perpassa por um cenário cultural histórico patriarcal. Isto posto, aceitar e viver em si os papéis sexuais que são impostos pelos órgãos genitais ditos como masculino e feminino, traduz um tipo de violência. Esse estereótipo é instalado na sociedade, detendo o que regem a maneira de se comportar de acordo com cada sexo. Assim, nesse contexto as autoras, ressaltam que todos os seres humanos são capazes de praticar violência seja para defender-se ou não, adormecido em seu interior com plenos poderes para desencadear aos seus estímulos (PEREIRA, M. N; PEREIRA, M. Z, 2011).

No que diz respeito aos papéis que os homens e mulheres desempenham socialmente, Saffioti (2002), relaciona a práxis social com a capacidade humana em interagir, aspecto que o caracteriza enquanto sujeito e objeto. Contudo, apesar do quão reificado seja esse sujeito em relação a outro, permanece o mesmo, não se transformando em objeto. Enquanto sujeitos, podem representar tanto o papel de agressor quanto da vítima, assim como os dois papéis simultaneamente.

Outro aspecto que Saffioti (2002) chama atenção, é o fato da dependência dos seres humanos em relação aos outros, a saber, a dependência daqueles que dominam sobre os que são dominados. No entanto, pontua que esse fator não é impedimento para que os homens não possuam dependência em relação as suas mulheres, muito embora esse aspecto não seja trazido à tona quando comparado às relações mais expostas em que as mulheres dependam dos homens. Ainda nesse sentido, aqueles que detêm a dominação, possuem a estratégia de camuflar certos contextos de maneira que não assumam ou sejam vistos nessa posição de dependência, mas sim como aqueles que promovem a proteção.

Diante disso, a autora refere-se à autonomia como dualidade entre “[...] capacidade de controlar o destino de outros, além, é claro, da capacidade socialmente dada de realizar seus próprios desejos” (SAFFIOTI, 2002, p. 324). Dessa forma, não necessariamente precisa do consentimento do outrem, mas sim da construção da sua autonomia relativa, pois a sua emancipação enquanto ser depende do trato em foco e acontecimentos múltiplos. Ademais,

Ainda que haja inegavelmente uma íntima interação entre o singular e o coletivo, a presente ordem de gênero só se alterará quando as categorias de sexo forem igualmente autônomas. Medidas de equidade, visando o estabelecimento da igualdade, não podem perder de vista exatamente a construção da autonomia (SAFFIOTI, 2002, p. 324).

Em outras palavras, o singular e coletivo referem-se ao âmbito individual em que ocorre a dependência e o âmbito de coletividade que a autonomia está confinada, e para que haja o processo construtivo de equidade entre homens e mulheres na sociedade diante de todos os aspectos da vida social e coletiva que não os equiparam, muito pelo contrário, inferiorizam a mulher em diversos níveis. Portanto, é nesse sentido que a autonomia precisa ser construída (SAFFIOTI, 2002).

Ainda nesse sentido, Saffioti (2002) problematiza a questão do público e privado a partir de um caso inserido no conteúdo da sua pesquisa “Violência doméstica: questão de polícia e sociedade”. Com relação a esse aspecto afirma que,

As fronteiras entre o público e privado são extremamente voláteis. No caso da violência contra a mulher e da violência doméstica, há uma forte demanda de feministas no sentido de que o Estado se faça presente, coibindo tais procedimentos e punindo seus autores (SAFFIOTI, 2002, p. 324-325).

Contudo, existem diferentes posicionamentos das mulheres em situação de violência sobre essa questão. Uma parte vai de encontro aos anseios das feministas, porém outra parte se posiciona na afirmação do papel do Estado enquanto mediador, com vistas a reestruturação principal da composição de grupos familiares e posteriormente os grupos domiciliares. Ressalta-se que, a violência contra a mulher em atributo público, adota perspectivas diferenciadas nos casos dos grupos supracitados. Nesse sentido, o “[...] primeiro, ele é exemplar e definitivo; no segundo, é episódico e fugidio” (SAFFIOTI, 2002, p. 324).

Consoante a isso, a primeira refere-se ao papel supramencionado do Estado enquanto pensamento de transformação da categoria de gênero a partir de uma ação corretiva no âmbito penal e a segunda refere-se à atuação no quesito de amenizar conflitos. Mas, segundo Saffioti (2002), as duas perspectivas são limitadas, além disso, considerando uma reflexão em termos de associação entre ambas, seria disposto o caráter punitivo do agressor e a mediação feita pelo Estado no sentido de reintegração tanto do agressor, quanto da vítima. Esse processo, de acordo com a autora, deve ser realizado em dois momentos distintos, o primeiro a partir da separação de mulheres e homens, e o segundo unindo-os. Nesse prisma, a partir do pensamento de Macknnon (1989), a seguinte reflexão é feita por Saffioti (2002, p. 324),

[...] a sociedade só pune a violência cometida por homens contra mulheres quando ela extrapola os limites do exercício da dominação-exploração socialmente aceitos para assegurar a continuidade do caráter androcêntrico da presente ordem de gênero. Isso representa uma autorização do poder constituído para que os homens espanquem sem provocar graves lesões, da mesma forma como podem ter seus desejos sexuais satisfeitos cometendo

ameaças, mas não violências, enfim, fazendo-se obedecer sem deixar marcas profundas.

Diante disso, compreende-se que a sociedade patriarcal legitima a prática de atitudes violentas de homens contra as mulheres. Mas, essas atitudes perpassam o aspecto da agressão física, uma vez que os agressores podem cometer outras violências que não deixam marcas expostas para a sociedade, a exemplo da violência psicológica, moral e sexual. Cabe assinalar que, essa legitimidade, assegura ao homem a exercer seu poder enquanto macho nesses processos de violências, de modo que, a mulher é vista enquanto propriedade. Dessa maneira, Mesquita (2016, p. 249) diz,

A violência contra a mulher se configura como uma das formas mais agressivas do patriarcado (expressa no machismo), que é apoiada e consentida cotidianamente pela mídia (através das músicas, novelas, filmes, propagandas etc.), pela escola, pelas instituições religiosas, pelos partidos políticos, pela família, enfim, pelos aparelhos ideológicos que reproduzem a lógica patriarcal dominante que inferioriza a mulher e super valoriza o homem.

No entanto, caracteriza-se como senso comum o dito “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, pois uma grande parte da sociedade ainda reproduz essa atitude, perpetuada há anos. Nesse sentido, Malila Pereira e Maria Pereira (2011), enfatizam que a violência doméstica se constitui em uma maneira de ocultar a criminalidade, já que os dados oficiais passam distante da ênfase neste assunto. Assim como, questionam a escassez de espaços institucionais para o atendimento das mulheres em situação de violência. No entanto, Carvalho e Nascimento (2015) ressaltam a importância da estruturação da rede de enfrentamento a violência.

São inquestionáveis as diversas formas de violência doméstica e contra as mulheres, uma vez que estão presente em diversos lugares, como nas relações sociais, familiares e trabalhistas, sem dia e horário prévio para acontecer. A sociedade tem um papel fundamental na mudança dessa cultura engessada na humanidade.

Além disso, Cunha (2014) ressalta o quão é importante e necessária a realização de recortes de gênero no sistema jurídico, pois a violência doméstica é perpassada por estupro, feminicídio, espancamento, que evidenciam a violência de gênero. Em questão, afirma-se que através de processos analisados pela autora, é simbólico o quanto a violência se reproduz no âmbito doméstico.

Com a mesma perspectiva, Cunha (2014), Carvalho e Nascimento (2015) identificam que grande parte das mulheres cede à violência, pois se sentem vinculadas as dependências

(financeiras, emocionais) destes agressores ou até mesmo por não receber o apoio familiar, entre outros fatores. Assim, a mulher acaba submetendo-se as diversas formas de violência.

A partir desses elementos, é possível compreender os aspectos que caracterizam a naturalização da violência contra a mulher, pois a “[...] sociedade muitas vezes discrimina e oprime às vítimas, e por vezes, recai sobre elas a responsabilização pelo ato [...]” (ARANHA; JESUS, 2009, p. 283).

Ante o exposto, pode-se compreender os elementos que permeiam o termo gênero, violência doméstica e violência contra a mulher na sociedade capitalista e patriarcal, assim como alguns indícios da subordinação e naturalização da violência. No item a seguir, será abordado o contexto histórico que perpassa a promulgação da Lei Maria da Penha.

2.2 Da violência à proteção legal: Lei Maria da Penha 11.340/2006

Os movimentos sociais feministas, na década de 1980, no Brasil organizavam-se pelas ruas clamando por justiça diante dos casos de violência em relação a dois casos de grande visibilidade no país. Nesse período, os meios de comunicação destacavam a violência contra mulher, pois era costumeiro os autores dos delitos serem os companheiros, maridos e ex-amores (FERNANDES, 2012).

Esses movimentos aclamavam pelo combate à violência contra as mulheres junto às entidades representativas, a exemplo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que surgiu a partir de 1985 com o intuito de “[...] elaborar, deliberar e fiscalizar a implementação de políticas públicas para as mulheres” (ARANHA; JESUS, 2009, p. 284).

Um dos casos refere-se a Raul Fernando do Amaral Street, mais conhecido como Doca Street que matou a sua namorada Ângela Diniz com quatro tiros em sua face, em 30 de dezembro de 1976, em sua própria casa na Praia dos Ossos no município de Cabo Frio – Rio de Janeiro. Inconformado com o término do namoro buscou uma maneira de deixá-la com marcas terríveis, de uma forma que não fosse possível as pessoas verem sua beleza sequer ao seu enterro. O segundo caso é o de Lindomar Castilho que assassinou sua ex-companheira Eliane Gramont, no ano de 1981, após vinte dias a separação ter sido formalizada, o agressor foi até um bar em São Paulo, onde a mesma realizara um show e atirou em seu peito por motivo de alegação de romance extraconjugal (FERNANDES, 2012; GROSSI, 1993; SAFFIOTI, 2004).

A violência contra as mulheres no país, agravou-se ao ponto de ganhar maior visibilidade impulsionando as pressões dos supracitados movimentos feministas. Entre os casos

de repercussão destaca-se o ocorrido, em 29 de maio de 1983, no nordeste, com a senhora Maria da Penha Maia Fernandes que foi brutalmente agredida por seu marido Marco Antônio Heredia Viveiros. Em um ato premeditado, tentou matá-la com um tiro em suas costas enquanto dormia para simular um assalto (FERNANDES, 2012).

Após o fato, e um longo tempo hospitalizada, Maria da Penha precisou submeter-se a um acompanhamento especializado em outro Estado durante três meses. Até então, não possuía conhecimento que seu marido havia simulado todo o ocorrido. Ao retornar a sua residência, a mesma foi mantida em cárcere privado juntamente com suas três filhas, frutos do relacionamento. Posteriormente, o seu companheiro premeditou outra maneira de matá-la, eletrocutando-a ao tomar um banho quente. A partir do apoio de familiares, Maria da Penha conseguiu sair de casa com as filhas durante uma viagem à trabalho do cônjuge.

Diante disso, Maria da Penha realizou denúncia junto aos órgãos competentes perante o caso de violência doméstica que fora acometida, pois temia por sua vida diante da conjuntura do país naquela época. A Delegacia de Roubos e Furtos da cidade de Fortaleza², como primeiro órgão a receber a denúncia, em 1983, após investigações, encontrou evidências que comprovaram a autoria do crime. No ano seguinte, o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM³, apresentou junto ao Ministério Público a denúncia contra o senhor Marco Antônio Heredia que culminou em uma ação penal pública. Ainda assim, frente há muitas discussões, o processo judicial arrastou-se por anos, apesar de possuir provas concretas, mas o crime quase prescreveu.

Nessa conjuntura surgem, em 1985, as primeiras Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM enquanto subsídio de combate a violência contra a mulher. A primeira delegacia foi instalada em São Paulo em agosto do referido ano, com a delegada Rosmary Corrêa, que após alguns anos atuou enquanto deputada estadual (ARANHA; JESUS, 2009; SAFFIOTI, 2004).

Ainda nesse sentido, Saffioti (2004, p. 89) assegura que

A ideia de criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher apresenta, inegavelmente, originalidade e intenção de propiciar às vítimas de violência de gênero em geral e, em especial, da modalidade sob enfoque, um tratamento diferenciado, exigindo, por esta razão, que as policiais conhecessem a área das relações de gênero. Sem isto, é impossível compreender a ambiguidade feminina.

²Anexo nº 21 do livro “Sobrevivi... posso contar”

³Relatório nº 54/01, caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes em 04 de abril de 2001, Comissão Interamericana dos Direitos Humanos / Organização dos Estados Americanos – OEA.

Após esgotar todos os recursos do Estado Brasileiro, Maria da Penha se viu obrigada a recorrer ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que em conjunto ao CLADEM e Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional – CEJIL⁴ encaminharam uma carta à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA solicitando abertura de processo, em agosto de 1998. A partir disso, a OEA repudiou o Brasil por negligenciar e descumprir no que tange a Declaração Americana sobre os Direitos e Deveres do Homem, pela Convenção Interamericana e pela Convenção de Belém do Pará, onde todo o Brasil é signatário (FERNANDES, 2012).

Pode-se mencionar também, o livro escrito por Maria da Penha em 1994, “Sobrevivi posso Contar”, que foi incluído, em 1998, junto à denúncia ao Ministério Público pela supramencionada Comissão Interamericana. Esse caso emblemático teve sua conclusão após quinze anos, e com isso trouxe várias recomendações ao Estado brasileiro, que fora considerado “descuidado e faltoso” em relação ao caso. Uma dessas recomendações, refere-se à adoção de políticas públicas voltadas à mulher, a partir das contínuas e diversas mobilizações na sociedade.

Em 07 de agosto de 2006, ocorreu a sanção da Lei Maria Penha de nº 11.340/2006, que entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano. Todavia, pode-se afirmar que, a violência doméstica e familiar ganha maior visibilidade em âmbito brasileiro proporcionando abertura para o debate público desta temática e tornou-se uma revolução nos casos de mulheres em situação de violência, que atualmente possuem proteção devido a este aparato legal, diante do agressor. É importante ressaltar que a lei foi criada, através de denúncia feita por Maria da Penha junto aos movimentos feministas perante a comissão Interamericana de Direitos Humanos, pois no Brasil não havia uma lei específica que protegesse as mulheres em situação de violência.

Sobre o contexto da criação da lei⁵, as autoras Carvalho e Nascimento (2015, p. 04) pontuam que,

A própria lei faz referência em sua ementa a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção

⁴ Atua como defensor dos direitos humanos trabalhando para reduzir a desigualdade trabalham para reduzir a desigualdade, a discriminação e a violência, a partir do fortalecimento das democracias, proteção e combate à impunidade (CEJIL, [20--]).

⁵Em relação aos tratados internacionais mencionados e o impacto dos mesmos diante do cenário nacional, esses aspectos serão trabalhados mais detalhadamente no capítulo 02 desse trabalho.

Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, além do §8º do artigo 226 da Constituição Federal. Assim, é perceptível a força que os tratados internacionais possuem diante o panorama nacional em relação à questão do direito da mulher.

A citada lei, por completa, explicita todas as formas de violência contra as mulheres, mas é no artigo 5º, do Título II que dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, como sendo “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006b, p. 01). Além disso, suas práticas no âmbito doméstico, familiar e em qualquer relação íntima de afeto. Outrossim, no parágrafo único do referido artigo está explicitado que essas relações são independentes da orientação sexual.

Em relação às formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, no capítulo II, da mesma lei, mais precisamente em seu artigo 7º estão descritas a seguintes formas:

I- a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II- a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018);

III- a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006b, p. 02).

No entanto, sabe-se que no cotidiano a lei defronta-se com vários embates. Um deles caracteriza-se na revitimização da mulher ao relatar a sua história e dor da violência, inúmeras vezes durante o atendimento. Em conjunto a esse fator, ainda é possível identificar o conservadorismo e machismo da grande massa de profissionais e a culpabilização da mulher

diante da situação de violência, como supracitado. Esse aspecto está enraizado na sociedade devido ao histórico de naturalização da violência doméstica e impunidade do agressor.

Todavia, mesmo diante dos avanços em relação à violência doméstica, para Cunha (2014), a Lei Maria da Penha confirma avanços após sua criação, porém muitos dispositivos não foram totalmente efetivados, dessa forma, assimilam a mesma linguagem. Nesse sentido, ainda afirma que os direitos das mulheres não são igualmente humanos, pois os direitos adquiridos pelas mulheres são taxados como especiais, ou seja, relacionados aquelas diferenças biológicas, de gerar vida e amamentar.

A partir desse contexto histórico, é indiscutível que o processo da promulgação da Lei Maria da Penha obteve conquistas para a sociedade, pois proporcionou meios para o encorajamento das mulheres em situação de violência. Destarte, o capítulo seguinte, consiste no estudo da reconfiguração da mulher nos processos históricos no âmbito dos direitos sociais, assim como apresenta a contribuição dos movimentos feministas para consolidação políticas públicas para as mulheres, em termos de mundo e Brasil.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: A RECONFIGURAÇÃO DA MULHER NOS PROCESSOS HISTÓRICOS NO ÂMBITO DOS DIREITOS SOCIAIS

O movimento feminista no Brasil chamado como primeira onda foi de suma importância para que iniciasse a luta por direitos igualitários, onde as mulheres aclamavam diante do machismo perpetrado há séculos. Neste capítulo, serão abordadas as lutas feministas dos movimentos de mulheres diante da conjuntura da época até os dias atuais e os entraves das mulheres na busca constante de igualdade de direitos e por melhores condições de vida.

Serão apresentados os principais fatos, acordos, tratados, sonhos de mudanças necessárias para a inserção da mulher em diversos ramos, a exemplo do voto, em momentos conjunturais em que as mulheres somente podiam ser donas do lar e cuidar dos seus filhos. Por conseguinte, serão explicitadas a Rede de Proteção que engloba o atendimento e o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, assim como a relação entre os Centros de Referência da Mulher e a Política de Assistência Social – PNAS.

3.1 Movimentos feministas e políticas para as mulheres

O feminismo enquanto movimento social surge a partir de ideologias do Iluminismo e ideologias diversificadas no contexto, da Revolução Francesa e Americana. Após a Revolução Francesa, em 1791, Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, expresso em 17 artigos, sob a ótica crítica à Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão de 1789. Ademais, o documento também possui o objetivo de fomentar a participação das mulheres frente à conjuntura vivenciada a época, bem como na busca pelo reconhecimento dos seus direitos (ASSMANN, 2007; COSTA, 2005).

Esse movimento surgiu de maneira efervescente como um acontecimento fundamental avançado na época, e se propagavam por volta de direitos políticos e sociais, pois, no início do séc. XIX nasce em inúmeros países, movimentos protagonizado por mulheres em busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres (COSTA, 2005; MARCELINO, 2018).

Costa (2005) fundamentada nas reflexões de Alvarez (1990) alega que o movimento feminista se diferencia por legitimar as pautas correspondentes ao gênero das mulheres, ao refutar parâmetros culturais e políticos edificados socialmente ao longo da história. Esse aspecto está relacionado à sua autonomia, no tocante aos demais tipos de movimentos, Estado e instituições, com a ausência de instâncias de poder hierarquizadas.

Nesse sentido, “[...] seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos, e posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista” (COSTA, 2005, p. 10).

A primeira onda do feminismo iniciou-se no período final do século XIX, e caracterizou-se em mobilizações, com a veiculação feminina no período, em busca de igualdade entre os sexos, no que diz respeito à igualdade política e jurídica. Além disso, surgem as primeiras solicitações de acesso aos direitos, por meio desse movimento, entre eles o direito à educação, ao divórcio, a propriedade e posse de bens, destacando-se a luta pelo direito ao voto, tendo como ápice, a luta sufragista. Esse movimento traz evidência às mobilizações, contra discriminações femininas e atingiu diversos países do Ocidente (AGUIAR; DINIZ, 2017; MARCELINO, 2018).

Costa (2005) afirma que, a partir dos anos de 1920, a luta sufragista mais conhecida como a primeira onda feminista, foi ampliada em diversos países latino americanos, sob a liderança das mulheres brancas de classe média e alta, denominadas feministas liberais “[...] na época inspiradas pelas noções de Estado e Democracia fomentadas pela Revolução Francesa e pela ideia de ampliação dos direitos presentes na “Carta de Declaração dos Direitos do Homem” às Mulheres” (MARCELINO, 2018, p. 02), logo conquistam o direito ao voto.⁶ Consoante a isso, Aguiar e Diniz (2017) a partir das inferências de Louro (2004), afirmam que esse movimento representou para além das reivindicações pelo voto, diversos tipos de protestos, tais como: condições mais adequadas para estudos e o ingresso a determinadas profissões.

Com essas conquistas, houve um desaceleramento nas articulações latino americanas, mas,

[...] em toda América Latina, as mulheres se organizaram em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, creches, transporte etc.), pelo direito à terra e à segurança (COSTA, 2005, p. 12).

A segunda onda do feminismo surge no final da década de 1960, em especial na França e Estados Unidos com a bandeira em destaque para discriminação de gênero. Nessa perspectiva, ansiavam por uma política de igualdade de direitos pautada no respeito da paridade entre os sexos. Além disso, segue com outras inquietações, a exemplo do campo da produção do

⁶ Entre os países da América Latina temos Equador (1929), Brasil, Uruguai e Cuba início dos anos (1930), Argentina e Chile após Segunda Guerra Mundial e por sua vez México e Peru na década (de 1950). (COSTA, 2005, p. 12)

conhecimento fomentando argumentações entre militantes feministas e estudiosas a respeito do conceito de gênero (CONSOLIM, 2017; LOURO, 2004 apud AGUIAR; DINIZ, 2017).

Cabe assinalar também, que nesta década de 1960, surge a primeira pílula anticoncepcional, que marcou a revolução sexual, pela luta dos direitos reprodutivos e sexuais em que a mulher poderia decidir buscar tomar outros rumos, como uma maneira de enfrentar o patriarcalismo e o machismo, impostos pela sociedade. É inegável, porém, que a pílula começa apresentar efeitos colaterais, nos corpos das mulheres. Em 1965, na França as mulheres casadas conquistaram o direito de exercer atividades laborais, sem o consentimento dos seus maridos, nessa conjuntura o feminismo resiste por volta da alegação “o pessoal é político”, com o objetivo de fomentar questionamentos políticos a respeito de assuntos restritos especificamente ao âmbito do privado (CONSOLIM, 2017; COSTA, 2005).

É importante ressaltar que, em 1974, foi publicado a Declaração Feminista Negra por meio de feministas negras e lésbicas que compunham um coletivo. Essa declaração determinou “[...] compromissos para o desenvolvimento de lutas contra a questão racial, sexual, heterossexual e de classe” (LEMOS, 2016, p. 17). Dessa forma, o feminismo negro se constituía em um movimento de combate as opressões vivenciadas por mulheres negras que nas suas declarações, salientavam os valores étnicos dessas mulheres na busca da sua liberdade, uma vez que, os outros movimentos não consideravam essa bandeira enquanto luta prioritária dentro de suas pautas.

Destaca-se, no ano de 1918, no Brasil “[...] a criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, [...] de cunho anarquista, com forte influência nas greves operárias [...] em São Paulo” (COSTA, 2005, p. 12). Outrossim, influenciadas pelas anarquistas e socialistas, nos “[...] fins do séc. XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social, representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada, [...]” (COSTA, 2005, p. 11). Nesse contexto, algumas das trabalhadoras, a exemplo da fábrica têxtil, participavam em organizações dos sindicatos em busca de melhores condições de trabalho além das diferenças entre os sexos, que eram subjugadas por sua condição de gênero.

Na conjuntura supracitada, recebiam os menores salários, com locais de labuta mais fragilizados em comparação ao sexo oposto, eram obrigadas a enfrentar assédios sexuais e morais. Para, além disso, eram humilhadas por seus cônjuges conservadores com as ocupações diárias domésticas, a exemplo do cuidado com os filhos. Ademais, sua existência enquanto trabalhadoras mulheres viviam em miserabilidade, pois não tinham quase nenhum direito civil e político perante o Estado (MARCELINO, 2018).

A presença dos movimentos feministas foi essencial para as lutas de consolidação da conquista pelo voto feminino no contexto mundial. Em particular, no Brasil, no ano de 1919, iniciam-se as lutas pelo voto e a inserção feminina na política. Nesse período, Bertha Lutz⁷ apoiou o movimento a favor do voto feminino, que tinha como líder o senador Justo Leite Chermont. A mesma idealizou a criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, e corroborou de forma assídua enquanto líder de campanha do mesmo. Destaca-se que, no ano de 1922, a liga tornou-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) como a primeira instituição de mulheres no Brasil com ênfase na luta pelo direito do voto para as mulheres (FGV, 2009; OLIVEIRA, 2011).

Fato relevante merece ser ressaltado, a “[...] advogada paulistana Adalgiza Bittencourt requereu à justiça, em 1927, seu alistamento eleitoral, mas teve seu pedido negado, com fundamento no entendimento dado pelo juiz, de que a palavra “cidadãos” abrangia apenas os cidadãos do sexo masculino” (OLIVEIRA, 2011, p. 14). De acordo com Oliveira (2011), com essa negativa, Bertha Lutz, como protagonista feminista no país, solicitou ao senador da república Adolpho Gordo, que em seus discursos defendesse o seu alistamento, conforme Constituição de 1891, em seu artigo 69, da referida lei. Além disso, entrou com um pedido de recurso que não obteve aprovação.

É importante realçar esses acontecimentos acima com o momento político da época, 1929, quando são iniciadas as campanhas eleitorais para Presidência da República. Outro fator existente, é que, em 1930, houve uma articulação formada por uma junta militar que entregara a presidência do país em novembro do corrente ano, ao líder civil Getúlio Vargas, dando fim à República Velha (FGV, 2009).

Essas primeiras iniciativas de lutas feministas, têm impactos que se apresentam, por exemplo, a partir do Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, instaurando o Código Eleitoral Brasileiro que, em seu artigo 1º “regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais” (BRASIL, 1932, p. 01). Em relação ao voto feminino, esse decreto apresenta um avanço ao designar quem é o eleitor em seu artigo 2º, ao enunciar “eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (BRASIL,

⁷Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) paulistana, cientista, líder feminista e representante política paulista. Representou o Brasil na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos. Foi uma das precursoras da luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre os sexos do país. Em sua atuação parlamentar (1936-1937), lutou pela mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, propondo a igualdade salarial, a isenção do serviço militar feminino, a licença de três meses à gestante sem prejuízo de vencimentos e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas (FGV, 2009).

1932, p. 01). Ao não mencionar distinção de sexo, permite à mulher o direito ao voto. Dessa maneira, o voto foi um ato imprescindível para as conquistas de todos os cidadãos, especialmente às mulheres.

Além disso, Oliveira (2011) destaca a inserção da mulher na política no ano posterior, ao eleger a primeira Deputada Estadual, Carlota Pereira de Queirós fruto das mobilizações das mulheres no Estado de São Paulo. Com isso, tornou-se a única mulher presente na elaboração do texto da Constituição de 1934, que incluiu o voto feminino de forma limitada, de acordo com o artigo 109, da supracitada constituição, que diz,

Art. 109 - O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar (BRASIL, 1934, p. 26).

Também pode-se afirmar que, eram exigidos dos partidos políticos, a inserção do quantitativo de 30% de mulheres enquanto candidatas. Em face a isso, as mulheres participavam de maneira ativa nas eleições, assim como, Bertha Lutz assumiu o cargo de deputada federal do Distrito Federal no período de 1936-1937 (FGV, 2009; OLIVEIRA, 2011).

A partir dessa conquista, diversas candidatas elegeram-se por todo país. Mas, com a instauração do Estado Novo, em 1937, ainda no governo de Getúlio Vargas, o Congresso Nacional foi encerrado. Diante deste contexto político, os movimentos feministas compartilharam da mesma luta empreendida por diversos segmentos sociais integrantes da sociedade, na época, no combate à ditadura do governo e retomada da democracia. Ressalta-se que, ainda durante este governo, os direitos políticos das mulheres em votar, a partir da Constituição de 1937, não apresentavam mais restrições eliminando o que estava posto no artigo 109, da CF/1934 (FGV, 2009; OLIVEIRA, 2011).

Não obstante, Carvalho e Nascimento (2015) ressaltam que “A Carta das Nações Unidas de 1945, em seu preâmbulo, foi a primeira a reconhecer como direitos humanos a igualdade nos direitos dos homens e das mulheres, na luta pela tutela destes direitos [...]” (CARVALHO E NASCIMENTO, 2015, p. 04).

Ainda de acordo com Oliveira (2011), os movimentos sociais feministas no Brasil ganharam visibilidade entre os anos de 1946 e 1987, modificando suas formas de organização, e com isso obtiveram conquistas importantes. Destaca-se, na década de 1950, a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, como espaço de organização e luta pelas pautas políticas e culturais do negro no Brasil (LEMOS, 2016). Durante esse período, ocorreu mais

um golpe político, em 1964, instaurando um regime ditatorial que perdurou até o final da década de 1980. Dessa maneira, Costa (2005, p. 13) afirma que,

Com o golpe militar de 1964 no Brasil, e posteriormente nos anos 1970 em vários outros países latino-americanos, os movimentos de mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados. Não obstante, não se pode esquecer que os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizados por setores conservadores, tiveram papel importante no apoio aos golpes militares nesse período e aos regimes militares instalados. No Brasil, merece registro o movimento articulador das “Marchas com Deus, pela pátria e pela família”, que mobilizou grande número de mulheres em 1964 e 1968 (SIMÕES, 1985). Como em outros lugares, as mulheres foram utilizadas como “massa de manobra”, uma tática da qual se apropriam tanto a esquerda quanto a direita.

Cabe salientar que, no final da década de 1970, criou-se o Movimento Feminino pela Anistia, o qual tinha objetivo de amplificar as lutas para englobar a defesa em prol da desobstrução política na conjuntura da ditadura militar. Esse movimento, foi organizado principalmente por algumas mulheres que permaneceram no país, que de forma conjunta com organizações de resistência à ditadura, lutaram em prol dos seus parceiros e/ou familiares. É importante realçar, os movimentos de mulheres exiladas no exterior, articulando e apoiando os movimentos internos.

A Organização das Nações Unidas - ONU em sua agenda social promoveu diversas conferências, após a promulgação da Carta das Nações Unidas de 1945, dentre elas, a I Conferência Mundial sobre a Mulher na cidade do México em 1975, apresentando o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Diante disso, a temática central envolveu,

[...] a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social. Aprovou plano de ação a ser norteador das diretrizes de governos e da comunidade internacional no decênio 1976-1985, destacando-se: a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial (ONU, [20--], p. 04).

Além disso, Oliveira (2011) ressalta a criação, entre os anos de 1976 -1985, do Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher, que por sua vez, ampara as comemorações referentes ao dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher. Diante desse contexto, Carvalho e Nascimento (2015) ainda situam que,

[...] em 18 de dezembro de 1979, a ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, reafirmando o princípio da não discriminação, constante na Declaração

Universal dos Direitos Humanos. Mas a Conferência que aconteceu, em 1993, na cidade de Viena, integrou textualmente e de forma indivisível os direitos das mulheres aos direitos humanos (CARVALHO; NASCIMENTO, 2015, p. 04).

Vale ressaltar que, a Declaração de Viena no ano de 1993, constitui-se como o primeiro marco internacional que apresenta a expressão direitos humanos da mulher, como é explícito no art. nº 18, da parte I. No parágrafo seguinte, de número 19, refere-se à violência contra a mulher “[...] os vários graus e manifestações da violência, inclusive as resultantes de preconceito cultural e tráfico de pessoas [...]” (BRASIL, 2006a, p. 08), e os meios para o alcance dessa eliminação, devem estar pautados nas medidas legislativas, ações em âmbito nacional e cooperação no âmbito internacional, nos campos da educação, apoio social, desenvolvimento econômico social, assistência de saúde (BRASIL, 2006a).

A Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, em 1995, foi um marco contextual importante para a violência de gênero, uma vez que, dispõe o conceito de violência contra a mulher no seu artigo 1º, quando enuncia “[...] violência contra a mulher significa, nesses termos, qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 2006a, p. 09).

Ainda convém lembrar que, em 1984, foi ratificada pelo Brasil, a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, da ONU. Essa Convenção, determina três âmbitos de alcance da violência contra a mulher, tais como: violência nos âmbitos familiar, comunitário e institucional (BRASIL, 2006a).

No contexto nacional, a força política e social das mulheres foi sendo consolidada gradativamente, nos anos posteriores, após a inserção da mulher na política. Nesse novo contexto histórico em que a mulher ingressava, até então ocupado somente por homens, a participação ativa solidificou alguns ganhos. De acordo com Lisboa e Pinheiro (2005), a criação em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher⁸ representou um marco em âmbito nacional para promover políticas públicas para as mulheres. Outro marco, constitui-se na

⁸A partir disso compreende-se que o: “CNDM, criado a partir de uma articulação entre as feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o presidente Tancredo Neves, no processo de transição. Graças à atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, logo, o CNDM, de fato, se transformou em um organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, o que lhe garantiu o reconhecimento de toda a sociedade” (COSTA, 2005, p. 17 apud (COSTA; SARDENBERG, 1994, p. 106).

inserção do art. 226, § 8º da Constituição Federal de 1988⁹, que proporcionou a formulação de propostas com a ajuda incessante dos movimentos sociais feministas.

Essas conquistas, foram de suma importância e marcaram a evolução histórica da mulher no Brasil. Ademais, impulsionaram a viabilização dos direitos das mulheres, bem como a elaboração e implementação de um conjunto de medidas efetivas, como propostas de emendas constitucionais que discutiam direitos e deveres iguais entre o homem e a mulher, paridade nos compromissos do lar; saúde das mulheres, formas de reduzir a violência doméstica e intrafamiliar.

Em 2002, o Brasil elegeu Luiz Inácio Lula da Silva como primeiro presidente de esquerda pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No referido partido houve participações nos movimentos feministas e inserção de algumas deputadas. Em seu plano de governo iniciado em janeiro de 2003, instituiu-se a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) a nível nacional, como espaço para o fortalecimento de políticas públicas de enfrentamento à violência. Sobre esse contexto, as autoras Lisboa e Pinheiro (2005) pontuam que a criação da referida secretaria, representou um marco que viabilizou a construção de abrigos e casas de apoio para as mulheres em situação de violência.

A partir da SPM, elaborou-se o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero, construindo políticas públicas, no mesmo ano. Com este programa, além de outros pontos importantes, expõe-se a necessidade da criação e multiplicação de Centros de Referência de acordo com as especificidades de cada estado, município ou região.

Um dos fatores importantes para criação dos Centros de Referência está relacionado com a vergonha e o medo das mulheres, em situação de violência, em buscar ajuda em espaços tipicamente masculinizados, a exemplo das delegacias comuns. Ressalta-se que, as delegacias especializadas só existiam em algumas cidades do Brasil. Além do mais, as mulheres em situação de violência temem exposição e revitimização, ao solicitarem atendimento na busca de romper o ciclo de violência. Dessa forma, pode-se compreender que,

[...] esta experiência nos leva a apontar a constituição dos Centros de Referência e da Rede de Cidadania, respeitando as especificidades de cada município ou região, que apoie de forma concreta e eficaz as pessoas que sofrem violência. Através desta rede, as ações deixam de ser isoladas e passam a constituir o que chamamos de políticas públicas de prevenção, assistência e

⁹“O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988, p. 73).

combate à violência, através de colaboração e parcerias (BRASIL, 2003, p. 44).

Em julho de 2004, ocorreu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, onde 1.800 delegadas participaram representando todos os estados brasileiros. Ao final, elaboraram propostas de diretrizes em cinco eixos, e um desses eixos foi a “[...] Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento [...]” (CFEMEA, 2004, p. 09). Os movimentos de mulheres e feministas estiveram presentes na viabilização da construção, em conjunto, nas definições das diretrizes para o Plano Nacional (CFEMEA, 2004).

Portanto, a secretaria em parceria com diversos movimentos sociais, instituiu o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, em 2005, com ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres. Dentre essas ações, um dos eixos retrata o Enfrentamento à violência contra as mulheres, cujos objetivos são:

1. implantar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
2. garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência;
3. reduzir os índices de violência contra as mulheres;
4. garantir o cumprimento dos instrumentos e acordos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2005, p. 19).

A partir do PNPM, foram traçados 09 (nove) passos para alcançar os objetivos do eixo de Enfrentamento à violência contra as mulheres, onde se destaca o passo 04 (quatro) que enfatiza,

[...] instituir redes de atendimento às mulheres em situação de violência em todos os estados brasileiros, englobando os seguintes serviços: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAMs), Polícia Militar e Unidades Móveis do Corpo de Bombeiros, Centros de Referência, Casas Abrigo, Serviços de Saúde, Instituto Médico Legal, Defensorias Públicas, Defensorias Públicas da Mulher, além de programas sociais de trabalho e renda, de habitação e moradia, de educação e cultura e de justiça, Conselhos e movimentos sociais (BRASIL, 2005, p. 19-20).

O desenvolvimento deste Plano Nacional apresenta propostas de promover o processo de resgate da mulher como ser social, de fortalecer sua autoestima e possibilitar que estase torne sujeito de seus próprios direitos. Além disso, em 2005 foi criada a Central de Atendimento à Mulher- Ligue 180, como forma de quantificar dados e informações sobre a violência contra as mulheres no país, com o intuito de orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência para os serviços da rede de atendimento. A central funciona de maneira ininterrupta, com a

proposta de possibilitar o acesso a todos que necessitam realizar denúncias ou relatos de violência (BRASIL, 2008).

Em 2006, foi elaborada a Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - NTU, como instrumento específico para as ações voltadas à violência contra a mulher, no seu papel de estrutura para o acolhimento, orientação, prevenção e enfrentamento a qualquer tipo de violência contra a mulher. A elaboração dessa norma, realizou-se em conjunto com o desenvolvimento das políticas públicas, a partir da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres – SPM, que fez parte dos objetivos de enfrentamento a violência contra a mulher do I PNPM. Os movimentos de mulheres com seu papel assíduo em combate a violência, conclamavam por uma lei efetiva no combate a qualquer violência contra a mulher.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM foi construído pela SPM no ano de 2008, a partir da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2007. Vale ressaltar que, nessa conferência, o presidente Lula lançou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, de modo a reafirmar os pressupostos e princípios pactuados na I Conferência Nacional. Ademais, o II PNPM instituiu 06 novos eixos para completar aqueles existentes no I PNPM, dessa forma, amplificou e aprofundou os espaços de atuação das políticas públicas, pelo governo federal (BRASIL, 2008). Diante desse contexto o

II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres expressa a vontade política e o comprometimento do Governo Federal para eliminar a discriminação contra as mulheres. Este esforço vem sendo reconhecido nacional e internacionalmente. O Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, da Organização das Nações Unidas, quando da avaliação do VI Relatório Nacional Brasileiro, em julho de 2007, elogiou a forma participativa como estão sendo construídas e elaboradas as políticas de igualdade de gênero no Brasil e recomendou que se acentuem os esforços para se eliminar a lacuna entre a igualdade “de júri” e “de facto” das mulheres e homens, assegurando-se a implementação das leis, planos e políticas, bem como seu monitoramento (BRASIL, 2008, p. 23).

Em 2011, foi elaborada e aprovada de forma coletiva, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, para consolidar as ações propostas nos documentos supracitados. A partir dessa política, há sinalização da composição da rede de atendimento à mulher em situação de violência na esfera de governo, composta pelos serviços especializados:

Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's), Núcleos ou Postos de

Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns, Polícia Civil e Militar, Instituto Médico Legal, Defensorias da Mulher, Juizados de Violência Doméstica e Familiar, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Ouvidorias, Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos, Núcleo da Mulher da Casa do Migrante (BRASIL, 2011b, p. 30).

É oportuno lembrar que, a rede de atendimento à mulher foi instituída desde os primeiros documentos e diretrizes voltadas para as políticas públicas para as mulheres, como estratégia de inserção, na articulação do desenvolvimento das ações direcionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, inserido desde o I PNPM, configurado nas áreas de saúde, justiça, segurança pública e assistência social. Além dos serviços especializados mencionados acima, a rede também é composta por serviços não-especializados que,

[...] constituem a porta-de-entrada da mulher na rede (a saber, hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Ministério Público, defensorias públicas, posto avançado de atendimento à migrante) (BRASIL, 2011b, p. 29).

Acresce que, se faz necessária a ampliação dessa rede, para garantir o acesso das mulheres no âmbito urbano, no campo e na floresta. Esse atendimento deve assegurar o respeito à diversidade de orientação sexual, às mulheres jovens e idosas, bem como às mulheres com deficiência, negras, indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais (BRASIL, 2008; BRASIL, 2011)

Cabe salientar que, no II PNPM em seu capítulo 06, trata do desenvolvimento sustentável no meio rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar, como parte da universalização dos direitos da inclusão das mulheres, cujos objetivos são:

I. Estimular a participação das mulheres em todas as instâncias de formulação e implementação de políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável; II. Promover a sensibilização e capacitação de gestores/as e profissionais da área ambiental nas temáticas de gênero, raça/ etnia; III. Promover o protagonismo das mulheres da cidade, do campo e da floresta, na promoção do desenvolvimento sustentável no país; IV. Estimular o crescimento da participação das mulheres na produção para auto-consumo e comercialização de alimentos saudáveis e de qualidade, segundo os princípios da segurança alimentar; V. Promover políticas públicas de defesa da água como um bem público e da democratização do seu uso (BRASIL, 2008, p. 135).

Sobre essa perspectiva, Grossi e Coutinho (2017) analisam a violência contra mulher vivenciada pelas mulheres do campo, a rede de proteção social, e os desafios referentes a igualdade de gênero, a partir das experiências das mulheres do campo. Outro aspecto sinalizado pelas autoras, refere-se ao movimento de mulheres desse segmento, influenciando diretamente no âmbito das políticas públicas. As autoras utilizam as entrevistas com as mulheres que vivem no campo, com foco em identificar as mulheres em situação de violência, bem como entender a rede de proteção e a Lei Maria da Penha.

Após essa análise, as autoras identificaram fragilidade na gestão das políticas e ações direcionadas, que não contemplam todas as mulheres das regiões com difícil acesso, uma vez que, esses fatores despertam a problematização sobre a rede protetiva e sua efetivação nesse território. Além disso, observou-se a necessidade de implementar no espaço rural de alguns municípios, a exemplo do Rio Grande do Sul, os serviços de cunho especializado, pois os mesmos, não possuem o que as autoras caracterizam de “rede formal”. No que diz respeito ao conhecimento sobre a lei e acesso à rede, constata-se falta de serviço especializado, bem como o fato de que as mulheres não obtêm conhecimento sobre o tema, além do constrangimento em falar sobre a situação de violência.

Outro aspecto destacado por Grossi e Coutinho (2017), refere-se às ações realizadas pela rede de proteção no que tange as leis, acesso e medidas de proteção, mas constata-se também, a falta dos serviços ampliados para acolher as mulheres e articulação com outras políticas. A partir da interpretação da coleta de dados, mediante as narrativas colhidas nas entrevistas com mulheres no meio rural, as autoras problematizam a inexistência de recursos com base na estrutura, que possibilitem a mulher acessar o atendimento, no que se refere à distância, bem como a falta do serviço especializado, já mencionado. Esse fator, constitui-se como influência direta e ativa ao enfrentamento da violência.

Em suma, as autoras identificam a complexidade da violência e os novos formatos advindos da ausência do Estado em oferecer suporte adequado. A naturalização da violência nesse âmbito, reforça ainda mais as desigualdades de gênero, quanto aos aspectos culturais, religiosos e econômicos que norteiam essa perspectiva, bem como a divisão do trabalho por sexo no ambiente agrícola, intensificando a legitimidade do homem sobre a mulher.

Contudo, pontuam que as políticas públicas precisam atuar diretamente na desigualdade entre homens e mulheres, sobre o cotidiano e suas atividades definidas por gênero, onde a mulher assume uma jornada de trabalho três vezes maior que o homem. Ademais, compreendem a violência no meio rural a partir da perspectiva das relações e os aspectos que as rodeiam, mas o foco das políticas sociais precisa direcionar-se para esse território, onde

sejam acessadas por todos aqueles que necessitam, superando não apenas esse fator, mas também o distanciamento do acesso a rede de proteção (GROSSI; COUTINHO, 2017).

Ainda nesse sentido, para Nascimento e Carvalho (2015), em relação a II PNPM, a criação da Casa da Mulher Brasileira proporcionou a integração de todos os serviços da rede de atendimento em um único espaço, que *a priori* a mulher necessita, tais como: Delegacia Especializada (DEAM), Juizado, Defensoria Pública, Promotoria, Alojamento de Passagem, Equipe Psicossocial e de orientação para o emprego. Dessa forma, o atendimento proporciona uma forma em que a mulher em situação de violência possa acessar a rede de atendimento em um só espaço. Com isso, esses espaços promovem o fortalecimento das mulheres e asseguraram seus direitos para concretizar a denúncia, estimulando-as a viver sua vida e até mesmo perpassar por novos relacionamentos, sem medo de serem oprimidas.

3.2 Centros de Referência da Mulher e sua relação com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS

Mediante o exposto nos itens anteriores, os Centros de Referência da Mulher são órgãos que compõem a Rede de Atendimento e aparecem inicialmente no Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – 2003, em seguida no Plano Nacional firmado – 2005, e na Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres – 2011. A Política de Assistência Social tem como prioridade a garantia de acesso as necessidades básicas sociais e proteção social, que tem como base legal a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

A necessidade da criação e implantação dos centros de referência, está relacionada ao objetivo de proporcionar assistência e atendimento especializado às mulheres em situação de violência de acordo com as especificidades de cada região, por meio de um equipamento e uma equipe interdisciplinar.

Diante disso, enquanto órgão existente no município de Barra dos Coqueiros, o Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto, objeto de estudo desse trabalho, está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS. Além disso, promove encaminhamentos das usuárias do serviço tanto para a Rede Socioassistencial (Programa Alimentar Comida na Mesa, Benefício Eventual, Aluguel Social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, Bolsa Família – BF, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro Referência Especializado de Assistência Social- CREAS), quanto às

demais redes intersetoriais, denominadas rede de atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 1993; BRASIL, 2005).

A Assistência Social teve seu marco regulamentário em 1993, por meio da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a qual define no seu artigo 1^a que a Assistência Social deve ser vista como um direito do cidadão e de responsabilidade do Estado, como política que integra a seguridade social¹⁰ não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

Assim, a referida lei tem como finalidade a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção e integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária. Entre os benefícios previstos na citada lei, há o Benefício de Prestação Continuada – BPC que garante 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Em relação aos serviços, destaca-se a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela, a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, visando a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 1993).

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, tem como princípio a supremacia do atendimento as necessidades sociais, universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade do cidadão, igualdade de direitos no acesso ao atendimento e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais. Têm como prioridade a garantia de acesso as necessidades básicas sociais e atende a quem dela necessita. Os programas e serviços que permeiam, organizam-se por níveis de proteção: básica e especial, de média e alta complexidade, através de respectivos centros de referência, a saber, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS¹¹ (BRASIL, 2005).

¹⁰A Constituição Federal prevê no artigo 194º, a seguridade social como “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988, p. 65)

¹¹O CRAS constitui-se como unidade pública estatal de base territorial, na qual são oferecidos serviços socioassistenciais nos locais que apresentam maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica, cuja finalidade é fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. Enquanto que o CREAS ocupa-se dos serviços de média e alta complexidade, onde os vínculos encontram-se rompidos.

Ante o exposto, o Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto no município de Barra dos Coqueiros, no âmbito da política nacional de assistência social, é o aparelho que responde às demandas de média complexidade, no atendimento de mulheres em situação de violência no município. De acordo com a PNAS (2005), os serviços de média complexidade oferecem serviços de acolhimento às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas os vínculos familiares e coletivos não foram rompidos. Diante disso, necessita de atendimento especializado e individualizado de forma a orientar e acolher as usuárias de acordo com a demanda apresentada.

É utilizada a modalidade de gestão denominada cogestão¹², pois inclui estratégias de participação com vistas ao aumento da motivação e criatividade dos trabalhadores, com organizações técnica do trabalho e geral das instituições presentes.

Ademais, para além da cogestão, o CRM trabalha embasado na Lei Orgânica da Assistência Social, que no seu artigo 6º, preceitua que as ações na área da Assistência Social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área (BRASIL, 1993).

Diante disso, nota-se que o atendimento no CRM trabalha na perspectiva de prevenção e promoção de serviços ofertados às mulheres em situação de violência, em casos emergenciais e de forma processual, por meio de esclarecimentos de direitos, socialização de informações e encaminhamentos a outros equipamentos sociais e da rede, seja no atendimento da mulher em situação de violência como da família. Reforça-se que, no município de Barra dos Coqueiros, a equipe profissional destina-se a atender/acolher mediante acompanhamento da mulher em situação de violência à rede de atendimento, assim como a viabilização da responsabilização do agressor (BRASIL, 2006a).

3.3 A Rede de Proteção para Mulheres em Situação de Violência

A rede de proteção, se faz necessária para desenvolver um trabalho efetivo na busca de traçar um caminho, para que a mulher em situação de violência, possa enfrentar o momento

¹²A cogestão é outro conceito que muitas vezes também é confundido com a autogestão. Cogestão inclui, em um sentido amplo, estratégias de participação que procuram motivar e integrar a iniciativa e a “criatividade” de trabalhadores nos processos de melhoria da produtividade da empresa. Na cogestão o participante intervém em dois níveis: na organização técnica do trabalho, na política geral da empresa ou em ambos (LADEIA; NATÁRIO, 2014, p. 217).

vivenciado, sem revitimização, nos mais diversos espaços existentes. A rede apresenta-se de duas formas: rede de enfrentamento e rede de atendimento, com vistas a constituir e efetivar às políticas públicas para as mulheres.

A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, refere-se a articulação entre a comunidade, entidades governamentais e não-governamentais, com o intuito de desenvolver formas de prevenção efetivas e políticas que afirmem o empoderamento das mulheres. Essa rede é composta da seguinte maneira,

[...] agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011c, p. 13-14).

Pelo exposto, vê-se que, o trabalho em rede constitui-se como principal forma de combater a violência contra a mulher em suas variadas formas. Ademais, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, apresenta-se de forma mais ampla e compreende a rede de atendimento. Dessa maneira, a rede de atendimento destaca-se nas esferas de governo e sociedade civil, com o papel importante no desempenho da prevenção, combate e assistência. Isto posto, a rede de atendimento é composta por,

[...] conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento. Assim, é possível afirmar que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres contemplando o eixo da “assistência” que, segundo o previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011c, p. 14).

Vale ressaltar que, diante das duas formas de rede supracitadas, mesmo com suas especificidades, são entrelaçadas e compreendem características similares. Sob tal enfoque, a rede de atendimento abrange os serviços especializados e não-especializados. Dessa forma, os serviços não-especializados, compreende ações e procedimentos desenvolvidos em: hospitais, unidade básicas de saúde, programas de saúde de proteção à família, CRAS, CREAS, polícia

militar e federal, Ministério Público, defensorias e delegacias comuns. E os serviços especializados, a saber,

Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher, Centros Integrados da Mulher), Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Política de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos (tráficos de pessoas) e Núcleo da Mulher nos serviços de apoio ao migrante (BRASIL, 2011c, p. 15-16).

Esses conceitos, apresentam-se tanto na Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, quanto na Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres, de maneira a detalhar a materialização do conceito de rede, em conformidade com as Políticas Públicas para as Mulheres.

Destarte, compreende-se que a rede de proteção é de suma importância, para efetivação dos serviços ofertados às mulheres em situação de violência, pois, os mesmos materializam a efetivação das políticas públicas para as mulheres, a partir da garantia dos direitos sociais e exercício da cidadania. Com isso, constitui-se como subsídio elementar na busca do enfrentamento da violência contra a mulher, perpassada na sociedade machista e patriarcal, que inferioriza e relativiza as iniquidades de gênero, em nome de uma relação de poder e dominação estabelecida socialmente.

Posteriormente, o capítulo a seguir, apresenta os dados coletados mediante estudo do Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto, assim como os aspectos históricos do município de Barra dos Coqueiros/SE, quantitativo de profissionais correlacionando com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – NTU, as ações desenvolvidas e os serviços ofertados às mulheres em situação de violência.

4 CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER PROFESSORA NEUZICE BARRETO/SE

Esse capítulo apresenta uma abordagem dos aspectos históricos do município de Barra dos Coqueiros, que compreendem a composição populacional, espaço demográfico, índices de desenvolvimento, assim como os elementos essenciais do contexto histórico em que o município se constitui.

Em seguida, será tratada a construção das políticas públicas para as mulheres no Estado de Sergipe a partir de um breve histórico desde a criação da Coordenadoria Estadual da Mulher, o Conselho de Direitos da Mulher, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM que era vinculada à Casa Civil, até os dias atuais.

Por conseguinte, será elucidada a análise da pesquisa proposta por essa monografia, dos serviços ofertados e ações desenvolvidas no CRM Barra dos Coqueiros/SE, a partir dos relatórios anuais de gestão no período de 2014-2018.

4.1 Aspectos históricos do Município de Barra dos Coqueiros/SE

O município de Barra dos Coqueiros/SE possui uma área territorial de 92,268 km² com uma população estimada de 29.873 mil habitantes. De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2010), o mesmo possui o índice de IDHM de 0,649 o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Médio. As dimensões que contribuem para os dados de IDHM são: Longevidade, com índice de 0,776, seguida de Renda, com índice de 0,647, e de Educação, com índice de 0,545 (IBGE, 2017; 2018)¹³. Diante disso, a Barra dos Coqueiros ocupa a 3136ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros com seis (06) povoados, a saber: Atalaia Nova, Canal São Sebastião, Capuã, Jatobá, Olhos d'Água e Touro.

A origem do município de Barra dos Coqueiros¹⁴ tem como registros iniciais de povoamento a data de 1590 com os índios Sariema e Capuã, na antiga Ilha dos Coqueiros. Antes da chegada dos portugueses nas terras sergipanas, já existiam contato dos franceses com os índios que habitavam na ilha através do tráfico de pau-brasil, com a existência de um forte comércio (IBGE, 2017).

¹³De acordo com os dados do último censo do IBGE- 2010, o município possuía o quantitativo de 24.976 mil habitantes.

¹⁴Localiza-se na zona do litoral do Estado de Sergipe, à margem esquerda do rio Sergipe, em frente à cidade de Aracaju, com a distância de menos de um quilômetro. Situada a 5m de altitude sobre o nível do mar, o clima do município é úmido e quente, a temperatura média oscila entre 20 e 30° C (IBGE, 2017).

Diante das viagens dos portugueses pelo litoral costeiro do Brasil, encontraram um trecho característico por bancos de areia que separam as águas do rio e oceano, local mais conhecido como “Boca da Barra”. Para facilitar o encontro desta localidade, os portugueses plantaram 03 (três) coqueiros como ponto de referência, assim denominado como Barra dos Coqueiros (IBGE, 2017; GOES, 2002).

Em seus primeiros anos enquanto Ilha dos Coqueiros, no ano de 1589, a mesma sediou o governo da Capitania de Sergipe d’EL Rei localizada na costa ocidental, à margem esquerda do rio Sergipe, por Cristóvão de Barros. O povoado avançou devido à grande movimentação das embarcações que importavam e exportavam, e diante disso, “[...] foi instalada uma Mesa de Rendas, espécie de posto fiscal da Secretaria da Fazenda” (GOES, 2002, p. 30).

Após a cidade de Aracaju tornar-se capital em 1855, a ilha foi incorporada pela mesma. Em 10 de maio de 1875, o povoado da Ilha dos Coqueiros recebeu a categoria de Freguesia de Nossa Senhora dos Mares da Barra dos Coqueiros, a partir da Resolução nº 1028. Ao decorrer dos anos, a cultura da região da Ilha dos Coqueiros desenvolveu-se com a valorização do cultivo do coco da Bahia e com isso, foram inseridas fábricas de benfeitorias do coco enquanto produto da economia local (IBGE, 2017; GOES, 2002).

Em 25 de novembro de 1953 a partir da Lei Estadual nº 525-A, criou-se o município, separando-o de Aracaju, constituindo-se como um único distrito enquanto termo da Comarca. A emancipação política deu-se após dois (02) anos de ter se tornado município independente, por meio da eleição do seu primeiro prefeito Moisés Gomes Pereira em, 23 janeiro de 1955 e cinco (05) vereadores. Além disso, sua denominação de Barra dos Coqueiros deu-se a partir da Lei Municipal nº 84, de 27 de janeiro de 1903 (IBGE, 2017).

O município de Barra dos Coqueiros é situado a 800 metros da cidade de Aracaju apartada pelo rio Sergipe, seu acesso principal até 2006, era por meio hidroviário (em média de 10 minutos) por meio de balsas, lanchas e canoas (denominadas as tototós)¹⁵. Estas últimas permanecem até os dias atuais, que são consideradas enquanto patrimônio cultural e memorial do estado Sergipe. Já o rodoviário, ocorre através da BR 101 pela cidade de Santo Amaro das Brotas e a ponte que interliga a cidade de Barra dos Coqueiros à Pirambu.

A inauguração da ponte construtor João Alves, em 2006, promoveu a ligação e proximidade por via rodoviária entre Aracaju e o terminal marítimo Inácio Barbosa,

¹⁵São embarcações que trafegam entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, criadas para o transporte de passageiros e cargas. Sua utilização iniciou-se por volta de meados do século XX, e, além disso, possuem grande importância em termos de tradição, que foi imposta enquanto patrimônio do Estado de Sergipe a partir do Decreto lei nº 7.320, de 30 de dezembro de 2011 (ARAGÃO; SANTOS; SOUZA, 2016; SILVA et al, 2015).

tradicionalmente conhecido como porto do Estado de Sergipe. O mesmo está localizado no povoado Jatobá dentro do município, que facilitou o acesso, transporte de cargas e o turismo (IBGE, 2017).

O município tem como principais atividades econômicas peixes e crustáceos, no litoral atlântico e nos rios, o que estimula a pesca, que é realizada de maneira rotineira. Além disso, o coco ainda é referência enquanto cultivo local e o sal marinho constitui a única riqueza mineral, a qual é explorada por salinas que ficam localizadas à margem do rio Pomonga. Ademais, possui também enquanto atividades, o turismo e a agricultura (GOES, 2002; IBGE, 2017).

De acordo com os índices de renda, pobreza e desigualdades do Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, a renda per capita média dos habitantes do município de Barra dos Coqueiros era de R\$ 212,93, em 1991, depois de R\$ 260,11, em 2000 e de R\$ 448,81, em 2010. A proporção de pessoas pobres diminuiu de 55,52%, em 199, para 25,68%, em 2010, e o índice de Gini que, em 1991, era de 0,55, passou para 0,54, em 2010. A diminuição desses índices pode-se considerar como um dos fatores determinantes, a crescente expansão da construção civil, devido à especulação imobiliária de condomínios simples e de luxo na cidade, principalmente nas áreas litorâneas, a exemplo dos residenciais Alphaville, Dahma, Thay, Maikai, entre outros. Ainda assim, a construção da ponte Aracaju – Barra favoreceu esta especulação devido o município ter uma distância de 3km com a capital de Sergipe.

Uma das suas festas tradicionais, é a festa religiosa da padroeira Santa Luzia, que é comemorada no dia 13 de dezembro, com alvorada festiva, missas ao longo do dia e o encerramento com a procissão pelas ruas da cidade. Essa tradição acolhe muitos cristãos das cidades vizinhas e/ou devotos da padroeira.

A cultura se destaca com as danças do “Samba de Coco”, que é representada em sua maioria por um grupo de idosas, que leva o balanço e o encanto faceiro da mestra Iolanda e as “Catadoras de Mangaba”, também composta por idosas que são assistidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – S.C.F.V, da Secretaria de Assistência Social do município.

Em relação aos serviços básicos, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD em 2010, 96,04% da população possuía água encanada em seus domicílios, 97,75% dispunham de energia elétrica e 98,37 dos domicílios era realizada coleta de lixo. Os indicadores de vulnerabilidade social indicam que, em 2010, em relação ao trabalho e renda, 51,09% eram vulneráveis a pobreza e 43,42% eram pessoas com 18 anos ou mais, sem possuir o ensino fundamental completo e com ocupação informal.

A partir desses indicadores apresentados, pode-se constituir dimensões e aspectos que sejam condicionantes para violência doméstica no município.

4.2 Políticas Públicas para as Mulheres no Estado de Sergipe

No estado de Sergipe, segundo Aranha e Jesus (2009), o final da década de 1980 representou o marco histórico da defesa da mulher, com a criação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher a partir do Decreto nº 8.107 de 22 de outubro de 1986. Contudo, apenas na década de 1990, mediante a Lei nº 3.972 de 1998, foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM a partir de lutas e mobilização protagonizadas por mulheres.

Em 2005, após a implantação do Plano Nacional, foram efetivados 112 pactos de compromisso entre governos estaduais e municipais com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM, em âmbito federal, com o objetivo de implementar o referido plano a partir de ações que visam o fortalecimento e criação de organismos nessas esferas. Essas ações previstas no plano em relação aos estados e municípios, necessitavam de mecanismos formais específicos para abarcar as demandas de cada localidade. Dentre estes pactos, houve duas assinaturas no Estado de Sergipe, uma em 20 de maio de 2005, em Barra dos Coqueiros e outra, em 21 de maio de 2005, no município de Aracaju (BRASIL, 2005).

Isto posto, Aranha e Jesus (2009, p. 280) afirmam que,

Corroborando com os princípios e diretrizes, bem como com o Plano de Ação que orienta a implementação do PNPM, estados e municípios assumiram o compromisso de garantir, através do pacto de adesão ao plano, os direitos das mulheres e a transversalidade de gênero nas políticas públicas. Como resultado desse processo, em Sergipe, apenas os municípios de Aracaju e da Barra dos Coqueiros pactuaram o PNPM em 2005.

Ao firmar o pacto com o governo federal, Marcelo Déda então governador do estado, por meio do Decreto nº 24.277, em 13 de março de 2007, implantou uma Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres – CEPPM vinculada a então Secretaria do Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social – SEIDES. No período de sua implantação, foram levantadas discussões à respeito da criação de coordenadorias municipais conforme I PNPM, com o intuito de fomentar a vinculação dos Organismos de Políticas para Mulheres – OPM's (SILVA; OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2014).

Ainda nesse período, a Coordenadoria Estadual participou de Fóruns Regionais e Nacionais de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres e a partir disso,

destaca-se, a importância na Comissão Nacional do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, com o intuito de estimular e efetivar as ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM no estado (ARANHA; JESUS, 2009 apud SERGIPE, 2008).

A Coordenadoria Estadual teve participação no processo que antecedeu a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – CNPM, entre os anos de 2005-2007, com a realização de 8 (oito) conferências territoriais e 2 (duas) municipais, no estado de Sergipe. Ademais, realizou a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres com a participação de mais de 800 mulheres, com o rendimento e credibilidade na assinatura do pacto de mais 20 gestores municipais (ARANHA; JESUS, 2009).

Cabe salientar que, no Estado de Sergipe ainda no governo de Marcelo Déda, existiu uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM vinculada à Casa Civil, como forma de articular e promover ações de prevenção ao combate à violência contra as mulheres com as demais secretarias do Estado e dos municípios. Foi instituída por meio da Lei nº 7.116 de 25 de março de 2011, sob a gestão da secretária Maria Teles dos Santos, enquanto órgão cuja responsabilidade era coordenar ações da PNPM no estado (SILVA; OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2014).

De acordo com Oliveira (2014, p. 88), a “[...] SEPM não tem autonomia financeira e os projetos, programas e as ações são elaborados e executados a partir do repasse de fundos/recursos provenientes do Governo Federal, [...]”. No contexto em tela, é importante realçar a existência dos Centros Regionalizados de Atendimento à Mulher – CREAM’s, no estado, a saber, Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros, em âmbito municipal, Tobias Barreto, Carmópolis, Itabaiana, Estância, Propriá e Poço Redondo, com centros de abrangência regional, a partir de consórcio com os municípios próximos a sede do CREAM. Dessa forma, a estruturação desses centros, foram oriundos de convênios com o governo federal para implementação dos centros e criação dos Organismos Municipais de Políticas para Mulheres – OPM’s (OLIVEIRA, 2014).

No governo de Jackson Barreto, no ano de 2017, foi extinta a SEPM, que deixou de ter o status de secretaria e voltou a ser Coordenadoria, vinculada à Secretaria Estadual de Inclusão, Direitos Humanos e Assistência Social – SEIDH. Ressalta-se que, em dezembro de 2018, ao final deste governo, foi implementada a Casa Abrigo Estadual Prof.^a Neuzice Barreto, espaço para as mulheres em situação de violência sob grave ameaça e/ou risco de morte, que passou a compor a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no estado de Sergipe.

No governo de Belivaldo Chagas, no ano de 2019, muda-se a nomenclatura da SEIDH, para Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho – SEIT, e com isso a Coordenadoria perde espaço nesse governo com a criação da Diretoria de Inclusão e Promoção de Direitos. Isto é, essa Diretoria passou a articular o apoio aos direitos humanos da mulher e das minorias, a exemplo da política de igualdade racial, e população LGBTQI+. Nesse contexto, o que era status de Coordenadoria vinculada direto ao gabinete da/o secretária/o, passa a ser Coordenadoria de Apoio às Políticas para as Mulheres.

A Rede de Atendimento à Mulher no Estado é composta pelos,

Centros de Referência em Atendimento à Mulher em situação de Violência (CREAM'S), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (DEAM'S), Hospitais Especializados (Nossa Senhora de Lourdes em Aracaju; o Hospital Regional da cidade de Lagarto; de Itabaiana; de Nossa Senhora do Socorro e o Hospital Santa Izabel em Aracaju), a Casa-Abrigo (somente existe uma instituição dessa natureza e está localizada na cidade de Aracaju em endereço sigiloso, como reza a Norma Técnica de Abrigamento) (OLIVEIRA, 2014, p. 88).

Contudo, atualmente a rede de atendimento agrega novos órgãos, a saber: Casa Abrigo Estadual¹⁶, Instituto Médico Legal – IML, Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe – TJ/SE, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Aracaju¹⁷, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB, Núcleo Especializado de Promoção e Defesa de Direito da Mulher – NUDEM, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM.

Ainda segundo Oliveira (2014), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM no estado possuía o objetivo de coordenar a rede de atendimento à mulher e realizar capacitações aos profissionais que compunham essa rede. Ademais, a partir dessa secretaria, existia a articulação com a Política Nacional por meio da Secretaria de Políticas para Mulheres a nível federal, uma vez que a mesma possuía o status de Ministério, vinculada à Presidência da República, nos governos de Lula e Dilma Rousseff.

Ao coordenar a política no Estado, a SEPM fazia articulação com os outros municípios, a partir das coordenadorias municipais que efetivam e desenvolvem a política para as mulheres nesse âmbito por meio de 28 Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres. No entanto, o estado já possuiu o quantitativo de 30 coordenadorias (OLIVEIRA, 2014).

¹⁶ Casa Abrigo inaugurada, em dezembro de 2018, para o acolhimento de todas as mulheres do estado de Sergipe, exceto da cidade de Aracaju, pois a cidade já possui o serviço de abrigamento.

¹⁷Regulamentado pela Lei Complementar Estadual nº 2 221 de 31 de maio de 2013 e instaurada em 09 de julho de 2013.

Em relação a essas considerações, pode-se compreender que

[...] os fundos são repassados através de projetos que devem ser elaborados e previamente aprovados. Estes fundos, que são recursos do Governo Federal, são aportes para equipar e estruturar os serviços da Rede de Atendimento, enquanto a contrapartida do município onde se localizam as CMPM'S, é utilizada para contratar os recursos humanos, alocação de prédios e outras estruturas que se fizerem necessárias para o funcionamento dos serviços (OLIVEIRA, 2014, p. 94).

A partir desse breve panorama, compreende-se como a política para as mulheres é constituída e efetivada no Estado de Sergipe, a partir das coordenadorias municipais e estadual; rede de atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres. Com isso, no item a seguir, será elucidada a singularidade do Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto no município de Barra dos Coqueiros/SE.

4.3 Análise e resultados da pesquisa no Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto no município de Barra dos Coqueiros/SE

O Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto, foi criado em julho de 2007¹⁸ e constitui-se como único Centro de Referência municipalizado do Estado de Sergipe, uma vez que, os demais centros são regionalizados. Com a função de órgão estruturado para atender essencialmente o previsto no Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional (2003); Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência (2006a); Pacto de Enfrentamento à violência contra a mulher (2007); Política Nacional para as Mulheres (2011). Nesse sentido, compreende-se que

[...] os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência são equipamentos da política pública especial de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, vinculam-se administrativamente ao órgão gestor das políticas para as mulheres do município onde estão localizados, que tem como finalidade, encaminhar para atendimento e/ou atender a mulher em situação de violência e fornecer subsídios técnicos e estatísticos sobre a questão da violência contra a mulher para gestores das políticas públicas básicas e especiais, bem como para profissionais, representantes de organizações e comunidade em geral (BRASIL, 2006a, p. 28)

¹⁸A partir do Convênio nº 109/2005-SPM/PR (SIAFI 543339), acordado com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher tem como missão possibilitar que a mulher em situação de violência consiga romper o ciclo de violência e, além disso, também visa a construção da cidadania, a partir de ações globais e pelo atendimento psicológico, social e jurídico, orientações e encaminhamentos para a rede de atendimento e enfrentamento.

Para isso, é necessário desenvolver articulação com serviços governamentais e não-governamentais que compõem a rede, de acordo com a NTU, o aconselhamento em momentos de crise; atendimento psicossocial; aconselhamento e acompanhamento jurídico; atividades de prevenção; qualificação de profissionais; articulação da rede de atendimento local; levantamento de dados locais sobre a situação da violência contra a mulher (BRASIL, 2006a).

As redes de atendimento à mulher englobam as áreas da Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e a Justiça. Essas áreas organizam ações e serviços distintos vinculados às duas categorias: a primeira refere-se à Rede de Enfretamento que engloba o combate, prevenção, assistência e a garantia de direitos, através dos eixos presentes na Política Nacional, além de incluir a gestão, controle social e serviços de atendimento. A segunda atrela-se ao eixo da assistência/atendimento, por meio da prestação de serviços especializados e não-especializados (BRASIL, 2011b).

Em relação à rede de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher, no município de Barra dos Coqueiros, constitui-se da seguinte forma: 11ª Delegacia Metropolitana, Ministério Público – 1ª Promotoria da Comarca de Barra dos Coqueiros, Juízo de Direito da Comarca de Barra dos Coqueiros, equipamentos da Saúde - Urgência do Hospital do município, UBS da área em que reside a mulher em situação de violência, Clínica de Saúde Santa Luzia, Conselho Tutelar, Secretaria de Educação, Rede Socioassistencial constituída pelo Programa Alimentar Comida na Mesa, Benefício Eventual, Aluguel Social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – S.C.F.V, Bolsa Família – BF, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Todos integrantes da Rede, estão voltados para a perspectiva de garantia dos direitos das mulheres e suas famílias em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com a NTU (2006a), a rede de atendimento à mulher prevê a presença de uma política pública para violência de gênero, com o intuito de impulsionar os profissionais que compõem a rede, facilitar o acesso e mobilização entre órgãos governamentais e não-governamentais, concomitante a um órgão específico que desenvolva atribuições que estructure e fomenta ações e serviços intersetoriais.

Mesmo com a rede de atendimento e enfrentamento a violência contra a mulher, é ambígua as atitudes das mulheres que sofrem quaisquer formas de violência. Em relação a isso, compreende-se de acordo com Saffioti (2004, p. 87-88),

Em primeiro lugar, trata-se de uma relação afetiva, como múltiplas dependências recíprocas. Em segundo lugar, raras são as mulheres que constroem sua própria independência ou que pertencem a grupos dominantes [...] Em terceiro lugar, na maioria das vezes, o homem é único provedor do grupo domiciliar. Uma vez preso, deixa de sê-lo, configurando-se um problema sem solução, quando a mulher tem muitos filhos pequenos, ficando impedida de trabalhar fora [...] em quarto lugar, a pressão que fazem a família extensa, os amigos, a Igreja etc., no sentido da preservação da sagrada família. Importa menos o que se passa em seu seio do que sua preservação como instituição. Há, pois, razões suficientes para justificar a ambigüidade da mulher, que num dia apresentava a queixa e, no seguinte, solicitava sua retirada.

Isto posto, de acordo com Saffioti (2004), embora não era permitido a retirada da denúncia mediante as leis e normas pré-estabelecidas juridicamente no Brasil, as mulheres em situação de violência solicitavam o engavetamento dos boletins de ocorrência. Nesse sentido, a mulher não pretendia ver o agressor preso, sua intenção era que, a autoridade máxima da delegacia aplicasse uma advertência ao agressor, com a finalidade de restabelecer o seu relacionamento.

Pelo exposto, a partir das páginas seguintes, serão apresentados alguns dados coletados no Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto, mediante a pesquisa documental. Diante disso, pode-se correlacionar a rede de atendimento e enfrentamento do município, com as formas de acesso da mulher ao CRM de acordo com a tabela 01, explicitada na página seguinte.

Tabela 01. Formas de Acesso Identificadas no CRM durante o período 2014-2018.

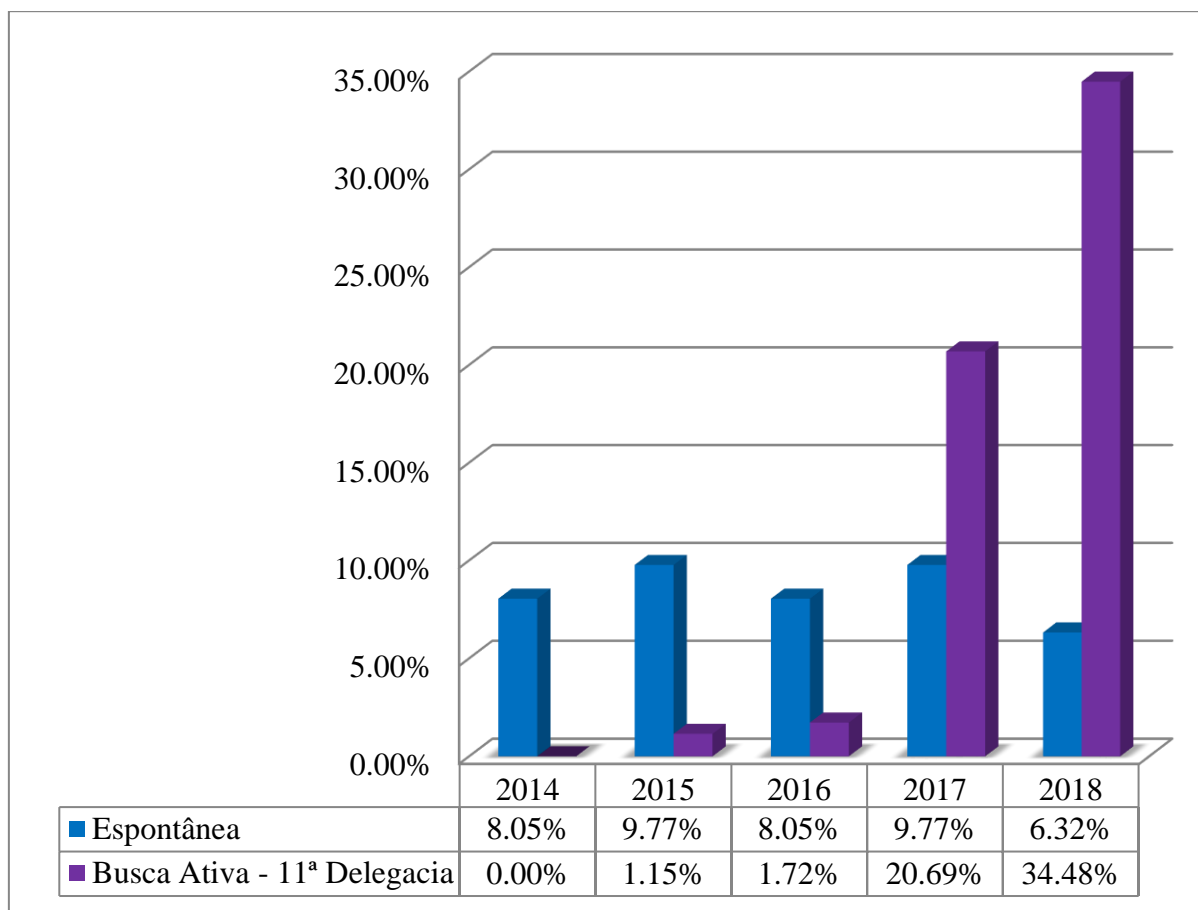
	2014	2015	2016	2017	2018	Total	%
Espontânea	14	17	14	17	11	73	34,11%
1ª Promotoria da Comarca de Barra dos Coqueiros	-	3	10	-	6	19	8,88%
Juízo de Direito da Comarca de Barra dos Coqueiros	1	-	-	-	4	5	2,34%
Busca ativa na 11ª Delegacia de Barra dos Coqueiros	-	2	3	36	60	101	47,20%
Conselho Tutelar	-	-	7	1	2	10	4,67%
SMAS	-	-	1	-	-	1	0,47%
SAÚDE	-	-	-	1	1	2	0,93%
CRAS	-	-	1	-	-	1	0,47%
CREAS	-	-	-	1	-	1	0,47%
Casa Abrigo (Feira de Santana – BA)	-	1	-	-	-	1	0,47%
Total	15	23	36	56	84	214	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos Relatórios de Gestão do Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros/SE.

Ao analisar as demandas identificadas nas fichas cadastrais no período da análise, foi percebido diversas formas de acesso da mulher em situação de violência ao CRM, a saber, busca ativa – 11ª delegacia de Barra dos Coqueiros com 47,20% (101 registros), espontânea com 34,11% (73 registros), 1ª Promotoria da Comarca de Barra dos Coqueiros com 8,88% (19 registros), Juízo de Direito da Comarca de Barra dos Coqueiros com 2,34% (5 registros), Saúde com 0,93% e Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e Casa Abrigo – BA com o mesmo percentual de 0,47% (10 registros).

Em relevância a análise, se fez necessário elaborar um comparativo das formas de acesso mais incidentes no CRM, de maneira que, as demandas espontânea e busca ativa – 11ª delegacia, destacam-se conforme gráfico 06, a seguir.

Gráfico 01 - Comparativo das Formas de Acesso ao CRM.- %



Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos Relatórios de Gestão do Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros/SE.

Os dados elucidados no gráfico 01, revelam que as formas de acesso com maior predominância foram a demanda espontânea, que apresentou algumas oscilações durante os anos de 2014 a 2018, na devida ordem 8,05% (com 14 registros), 9,77% (com 17 registros), 8,05% (com 14 registros) e 9,77% (com 17 registros). Deste modo, infere-se que, a demanda espontânea parte do pressuposto em que, as mulheres em situação de violência, estão dispostas à buscar o serviço especializado, não somente para denunciar o agressor, bem como para conhecer seus direitos enquanto usuárias dos serviços ofertados. Assim, sentem-se seguras na instituição, pois o CRM é um espaço de acolhimento e atendimento somente para mulheres.

Por outro lado, a demanda busca ativa – 11ª delegacia ganha visibilidade a partir do ano de 2016, com a parceria firmada entre a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e a 11ª Delegacia Metropolitana do município, conforme mencionado no item 4.3.1 a seguir. Com isso, após o processo de adaptação, essa demanda apresenta-se de forma expressiva nos anos de 2017 e 2018, respectivamente com 20,69% (com 36 registros) e 34,48% (com 60 registros). Pelo exposto, no item a seguir, serão apresentados alguns dados coletados no Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto, objeto de estudo dessa monografia.

4.3.1 Formas de Violência Identificadas no Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto de Barra dos Coqueiros/SE

Ao analisar o levantamento de dados, a partir dos formulários de notificação/fichas cadastrais no Centro de Referência da Mulher Professora Neuzice Barreto no Município de Barra dos Coqueiros/SE, durante os anos de 2014 a 2018, constata-se que, as formas de violência, citadas no artigo 7º da Lei Maria da Penha, estão presentes no cotidiano das respectivas fichas cadastrais/notificações a partir das demandas apresentadas. Dessa forma, após análise dos dados, é perceptível o aumento do percentual de violência anual registrada no CRM com indicativo de 8,41% (com 43 registros) em 2014, para 31,70% (com 162 registros) em 2018.

Diante disso, *a priori*, pode-se relacionar como um dos fatores, o encorajamento das mulheres que sofrem ou sofreram qualquer forma de violência, em denunciar o agressor após o conhecimento das formas de violência mediante a promulgação da Lei Maria da Penha. Sem dúvida, essa lei promoveu maior visibilidade a partir da divulgação por meios de comunicação (rádio, televisão), materiais educativos, entre outros.

Outro fator que é relevante citar, para esclarecer a elevação do índice de violência no contexto do município de Barra dos Coqueiros, está relacionado à atuação do CRM junto à rede de atendimento por meio da atuação e divulgação dos serviços ofertados às mulheres barra-coqueirense. Consoante a isso, pode-se mencionar, a parceria firmada pela Diretoria e Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres com a 11ª Delegacia Metropolitana, no ano de 2016, que foi mediada pela Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Essa parceria constitui-se na busca dos boletins de ocorrência pela equipe multidisciplinar do CRM no decorrer da semana. Boletins estes, que foram emitidos na delegacia local, plantonistas e delegacia de atendimento a grupos vulneráveis – DAGV do

Estado de Sergipe. Sendo assim, a equipe conseguiu quantificar os dados que anteriormente eram omitidos na elaboração dos dados estatísticos do CRM.

Para, além disso, as mulheres do município se sentem mais encorajadas devido à visibilidade do serviço, com um espaço “[...] que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania” (BRASIL, 2006a, p. 15).

A partir da análise das fichas e relatos da Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres, percebe-se que a violência psicológica perpassa por todas as formas de violência, e além disso, algumas mulheres em situação de violência não se percebem enquanto sujeitos inseridos no ciclo de violência.

Sob tal enfoque, de acordo com o Instituto Maria da Penha, o ciclo de violência perpassa por três (03) momentos.

- Momento 01: o agressor apresenta comportamentos de irritabilidade e tensão por motivos insignificantes, a exemplo de uma chateação no trabalho ou em outros âmbitos, e ao chegar em casa, transfere de forma agressiva xingando-a, ameaçando-a, e destrói objetos. Nesse momento, a mulher com medo e angústia, tende a se esquivar da situação, e buscar maneiras de tentar tranquilizá-lo.

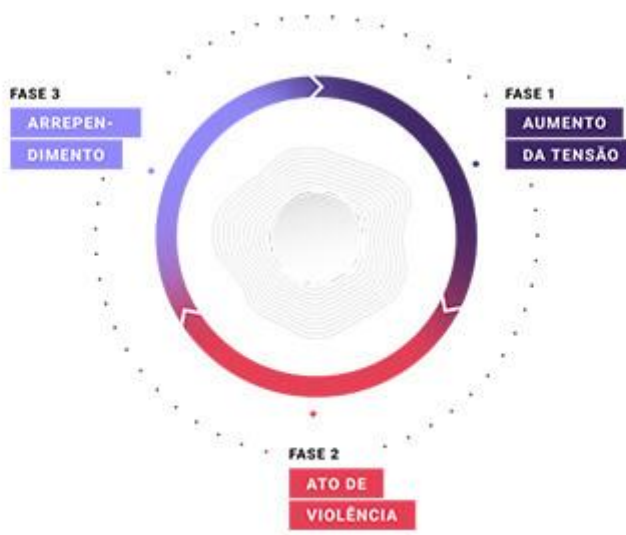
Geralmente, por não se reconhecer nesse ciclo de violência, as mulheres tendem a negar a situação em que estão vivenciando, com justificativas em que o agressor está passando por alguma fase ruim. Esse momento 01, pode-perpassar o relacionamento, por meses, dias e anos, e com aumento progressivo, é presumível que essa situação levará ao momento 02.

- Momento 02: materialização do ato de violência devido à perda de controle do agressor, ocasionando as formas de violência verbal, física, moral e patrimonial. Nesse momento, a mulher sente-se impotente na situação vivenciada, mesmo diante do desequilíbrio do agressor, a mesma tem consciência do momento, mas existem aspectos (dependência financeira e emocional, familiar, sentimentos de medo, dor, vergonha, confusão) que a aprisiona no relacionamento. Por isso, em sua maioria, a mulher em situação de violência, com vergonha da situação ocorrida, não denuncia ou até mesmo se culpabiliza. Ademais, pode tomar atitudes diferenciadas, como sair de casa, denunciar, pedir separação e tentar suicídio.
- Momento 03: popularmente conhecida como “lua de mel”, momento caracterizado pelo arrependimento do agressor, que torna-se amável com a

finalidade de se reconciliar com a mulher em situação de violência. Nesse momento, surgem várias dúvidas diante de coações por meio de familiares e sociedade, ou seja, a mulher cede à busca de direitos, com agravo de acontecer novamente. Nesse processo, a esperança surge com promessas de mudanças de comportamento. Sendo assim, a mulher em situação de violência sente-se culpada, confusa, na perspectiva de que o agressor voltará a ser o mesmo desde início do relacionamento ou de alguma fase feliz que vivenciaram juntos. No final, a tensão retorna e o ciclo se repete para o momento 01.

Dessa maneira, esses elementos podem ser visualizados a partir da figura ilustrativa abaixo, extraída do Instituto Maria da Penha:

Figura 01 – Ciclo de Violência



Fonte: Instituto Maria da Penha – IMP [2018?]

Em face a este ciclo de violência, Saffioti (2004, p. 79) apresenta alguns pontos de referência, dentre eles,

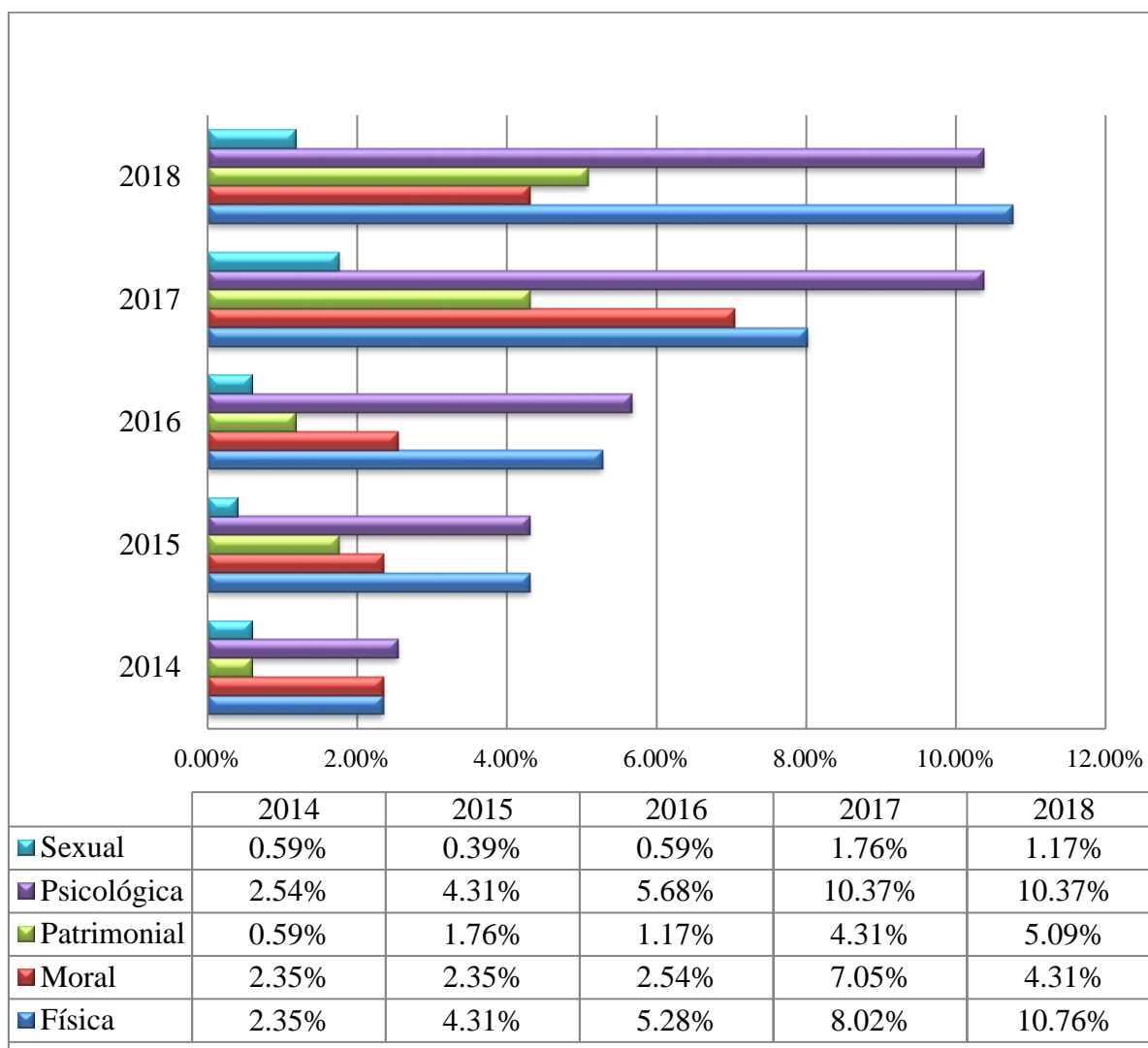
A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela.

Nesse contexto, o ciclo de violência é perpassado por todas as relações, as quais sofrem rupturas, sejam elas, na confiança, parceria e no entendimento de vida conjugal insegura. Para Saffioti (2004, p. 79), o “[...] ciclo de violência, cuja utilidade é meramente descritiva”, pode ser de forma morosa e oculta, evolui com intensidade e impactos nos relacionamentos afetivos.

A partir dessas reflexões, foi possível elaborar o gráfico 01, que efetivamente apresenta as formas de violência contra as mulheres identificadas nas fichas/notificações analisadas, no período de 2014-2018, CRM/ Barra do Coqueiros/SE. No processo da pesquisa foram constatadas, em destaque, as formas de violência psicológica e física, em comparação com as outras formas de violência, tais como: moral, patrimonial e sexual.

É possível observar o aumento do número de algumas formas de violência, de maneira exponencial entre os anos analisados. Entre elas, no gráfico 02 que está na página seguinte, destaca-se o crescimento da violência física, em 2014, com o registro de 12 casos para 55, em 2018, correspondendo a 30,72%, ou seja, um total de 157 registros. Outro exemplo, é a violência psicológica que, em 2014, apresentou 13 registros e, em 2018, 53 registros equivalendo a um aumento de 33,27%, isto é, 170 registros.

Gráfico 02 - Formas de Violência Identificadas no CRM - %



Fonte: Elaboração própria a partir da análise das fichas cadastrais do Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros/SE.

Em relação à violência patrimonial constata-se que, com exceção do ano 2016, ela cresceu nos anos de 2015, 2017 e 2018. Esse tipo de violência é geralmente menos reportado por ser de cunho pessoal, a fim de subtrair os bens materiais, documentos pessoais, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo aqueles designados a atender as suas conveniências (BRASIL, 2006b).

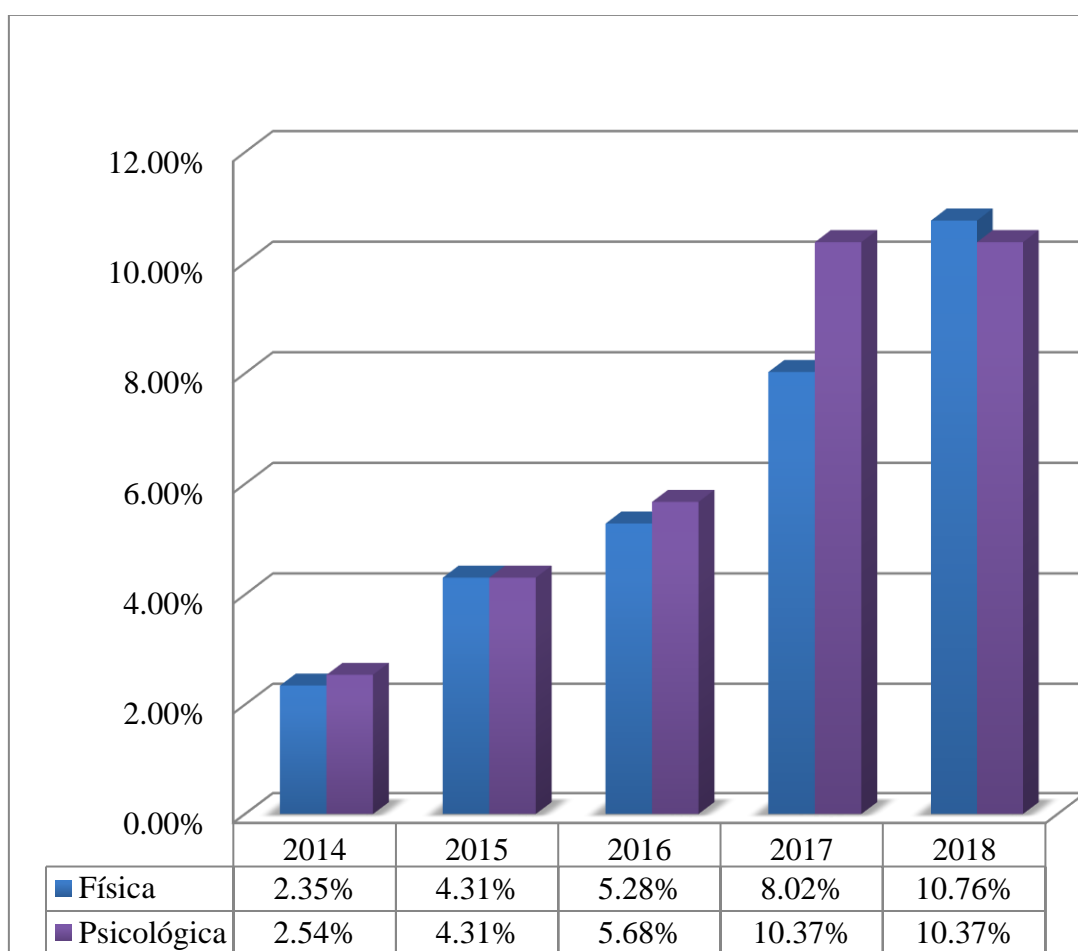
Um dado que chama atenção é a violência sexual, com o crescimento mais significativo em 2017. Em 2015, houve uma diminuição em relação ao ano de 2014, tomado como base inicial da pesquisa realizada. Supõe-se que, há um constrangimento e vergonha da mulher em expor essa forma de violência. Nesse prisma, Saffioti (2004, p. 75) salienta que “[...] a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-

potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer”.

No tocante à violência moral o gráfico 02 sinaliza um crescimento, sendo o mais expressivo, em 2017. No entanto, em 2018, há uma diminuição em relação a 2017, apesar de representar um aumento em relação aos anos de 2014, 2015 e 2016. Compreende-se que, a violência moral é definida como calúnia, injúria e difamação, e perpassa pela violência psicológica, que também destacou-se, no ano de 2017. Essas formas, apesar de não deixarem marcas expostas, deixam graves feridas internas, com grandes dificuldades de cicatrização, pois conforme reportado no item 2.1, a sociedade naturaliza essas formas de violência.

Perante a análise, destacou-se no gráfico 03, as formas de violência física e psicológica, dessa forma, se fez necessário elaborar um comparativo das mesmas.

Gráfico 03. Comparativo das Formas de Violência Física e Psicológica Identificadas no CRM - %



Fonte: Elaboração própria a partir da análise das fichas cadastrais do Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros/SE.

Ao analisar o gráfico 03, observa-se que a violência psicológica obteve a diferença entre o percentual de 2,54% (com 13 casos) para 10,37% (com 53 casos) entre os anos 2014-2018. No entanto, constata-se que no ano de 2016 e 2017 permaneceram com a mesma porcentagem, a saber, 10,37%. Vale salientar que, pode-se atribuir esses resultados aos processos de entendimento das formas de violência. A violência psicológica por muitas vezes, era silenciada, uma vez que, em sua grande maioria, não se reconheciam enquanto mulheres em situação de violência.

Ao analisar essa questão, mediante as fichas, percebe-se que a violência psicológica é seguida da violência física. Porém, ressalta-se um percentual maior durante os anos (2014-2016-2017), pois a violência psicológica que não era identificada, hoje é vista mediante a transformação no cotidiano do saber e de acessos supramencionados. Em relação a esse aspecto, Saffioti (2004, p. 75) afirma que “as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente”. Diante disso, a violência emocional apresentada com o pensamento de Saffioti, faz referência a violência psicológica.

Não obstante, observa-se também que o percentual de violência física apresenta-se de forma linear com uma pequena variação no decorrer dos anos, a saber, o menor percentual de 2,35% (com 12 registros), em 2014 e o maior percentual de 10,76% (com 55 registros) em 2018.

Deste modo, ao se tratar de violência psicológica e física, ambas divergem nas quantidades, pois a violência psicológica é a que fica resguardada nos sentimentos restritos da mulher, em que a mesma fica sob a pressão familiar e da sociedade da não exposição da sua vida conjugal, mesmo diante das divulgações e avanços das leis. Sabe-se então, que não existe violência física sem que seja cometida a psicológica, ou seja, nesses casos, não acontecem isoladamente.

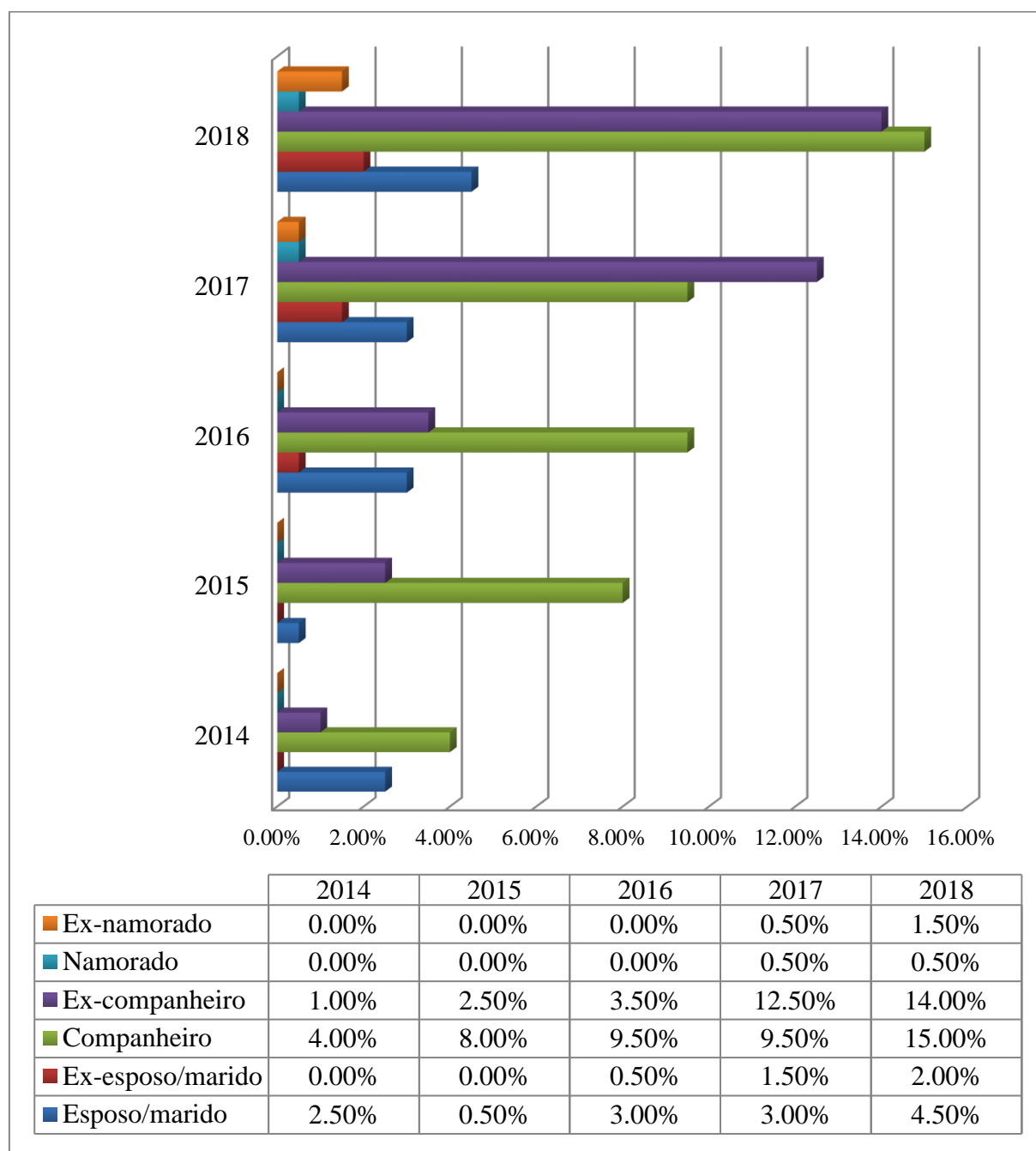
Nesse sentido, será elucidado no item a seguir, a relação afetiva dos agressores com as mulheres em situação de violência identificados nas fichas/notificações, assim como o grau de escolaridade, estado civil e faixa etária dessas mulheres.

4.3.2 Perfis dos Agressores e das Mulheres em Situação de Violência Identificados no CRM

Nesse item é exposto inicialmente, o perfil do agressor identificado nas fichas cadastrais/notificações no CRM, entre os anos 2014-2018. Sabe-se que, a violência contra a mulher abrange os mais diversos contextos sociais. Em sua maioria, é praticada por pessoas que

exercem seu poder nas relações de dominação com as mulheres em situação de violência. Dessa forma, durante a análise, constatou-se que, há predominância do companheiro e ex-companheiro enquanto principais agressores. Esses elementos serão elucidados no gráfico 04, abaixo:

Gráfico 04. Agressores Identificados no CRM - %



Fonte: Elaboração própria a partir da análise das fichas cadastrais do Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros/SE.

Ao analisar os documentos, percebe-se que a violência acometida pelo companheiro, aumentou significativamente entre os anos de 2014 a 2018 com o percentual de 4,00% (com 8 registros) no ano de 2014, para 15,00% (com 30 registros) no ano de 2018. No entanto, a violência perpetrada pelo ex-companheiro, apresentou um aumento considerável no mesmo período supracitado com 1,00% (com 2 registros) e 14,00% (com 28 registros). Observa-se também, que os anos de 2014, 2015 e 2016, namorado e ex-namorado, não aparecem enquanto agressores. Dessa forma, em relação a esses tipos de agressores apresentados, Mesquita (2016, p. 251)

A primeira forma de violência a mais frequente é a ameaça que o namorado, noivo, marido ou ex-marido realiza de forma muitas vezes velada e dissimulada em nome de um amor, ciúmes, de problema no trabalho, com a família, do uso de álcool e outras drogas etc. Contudo, diversos estudos apontam a ameaça como porta de entrada para outros tipos de violência.

Nessa mesma perspectiva, Saffioti (2004, p. 66) afirma que “[...] se aos companheiros se somarem os ex-maridos, ex-namorados, ex-companheiros, os homens amados constituem a esmagadora maioria dos agressores”. Observa-se que, os agressores têm uma relação afetiva com as mulheres em situação de violência, seja de um relacionamento já terminado (ex-namorado; ex-esposo; ex-companheiro) ou uma relação ainda existente (namorado; esposo; companheiro).

No tocante ao perfil das mulheres em situação de violência, serão apresentados os dados coletados nas fichas/notificações a partir dos indicadores, a saber, faixa etária, escolaridade e estado civil. Dessa forma, foi possível compreender os elementos sociais que permeiam o público-alvo atendido no CRM. O primeiro indicador será elucidado na tabela 02 na página seguinte.

Tabela 02. Faixa Etária das Mulheres em Situação de Violência Identificadas no CRM

	2014	2015	2016	2017	2018	Total	Total %
10 – 17	0	0	1	1	1	3	1,41%
18 – 29	3	11	9	20	26	69	32,39%
30 – 39	5	9	11	15	26	66	30,99%
40 – 49	5	2	9	16	15	47	22,07%
50 – 59	1	1	4	5	6	17	7,98%
60 – 69	1	0	2	1	5	9	4,23%
70 – 79	0	0	1	0	1	2	0,94%
Total	15	23	37	58	80	213	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais do Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros/SE entre os anos 2014 a 2018.

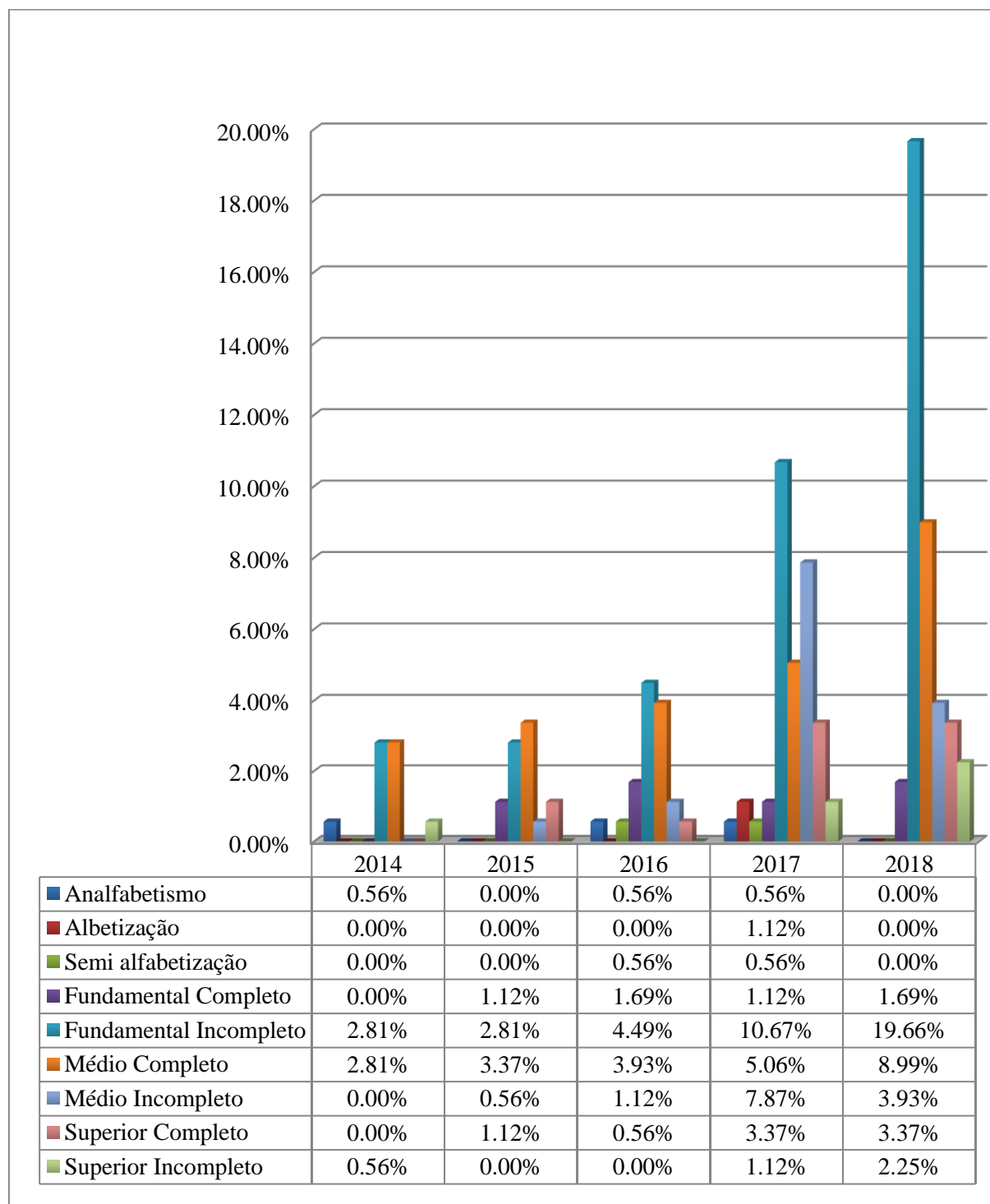
Em relação a faixa etária, durante a análise foram identificadas diversas idades das mulheres atendidas no CRM e para melhor compreensão, a tabela 02, foi organizada com intervalos entre 7 a 10 anos. Em termos de incidência da faixa etária das mulheres acolhidas/atendidas no CRM, apresentam-se com maiores índices, mulheres jovens adultas entre 18 a 29 anos, com 32,39% (com 69 registros) e em seguida entre 30 a 39 anos, com 30,30% (com 66 registros).

No que tange a faixa etária entre 10 a 17 anos, o primeiro ponto a esclarecer é que o CRM não é equipamento social adequado para o seu atendimento. Através das fichas cadastrais/notificações, foram identificados casos de crianças e adolescentes encaminhadas por outros equipamentos da rede, tais como: Conselho Tutelar, CREAS e 11ª Delegacia Metropolitana, referências primárias ao acolhimento, atendimento e encaminhamento de crianças e adolescentes com o direito violado do município.

Assim, percebe-se que o CRM, por ser um espaço de acolhimento e atendimento para todas as mulheres, mediante as suas necessidades individuais, independente de classe, orientação sexual, situação econômica, raça e etnia, realizou o atendimento, mas em seguida efetivou o encaminhamento para o equipamento específico à situação demandada (BRASIL, 2006a).

Na página seguinte, será elucidado no gráfico 05, o segundo indicador referente ao perfil das mulheres em situação de violência no CRM, que corresponde aos níveis de escolaridade.

Gráfico 05. Níveis de Escolaridade das Mulheres em Situação de Violência Identificados no CRM- %



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais do Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros/SE entre os anos 2014 a 2018.

No tocante ao período do estudo, conforme apresentado no gráfico 05, observa-se que o grau de escolaridade das mulheres em situação de violência que buscam os serviços no CRM, é relativamente baixo. Ao correlacionar com os dados do último censo do Atlas do Desenvolvimento/PNUD, em 2010, a escolaridade da população barra-coqueirense de 25 anos ou mais, constata-se que 16,42% eram analfabetos, 45,31% tinham o ensino fundamental completo, 29,00% possuíam o ensino médio completo e 4,45% o superior completo. No Brasil, os percentuais desses indicadores são respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

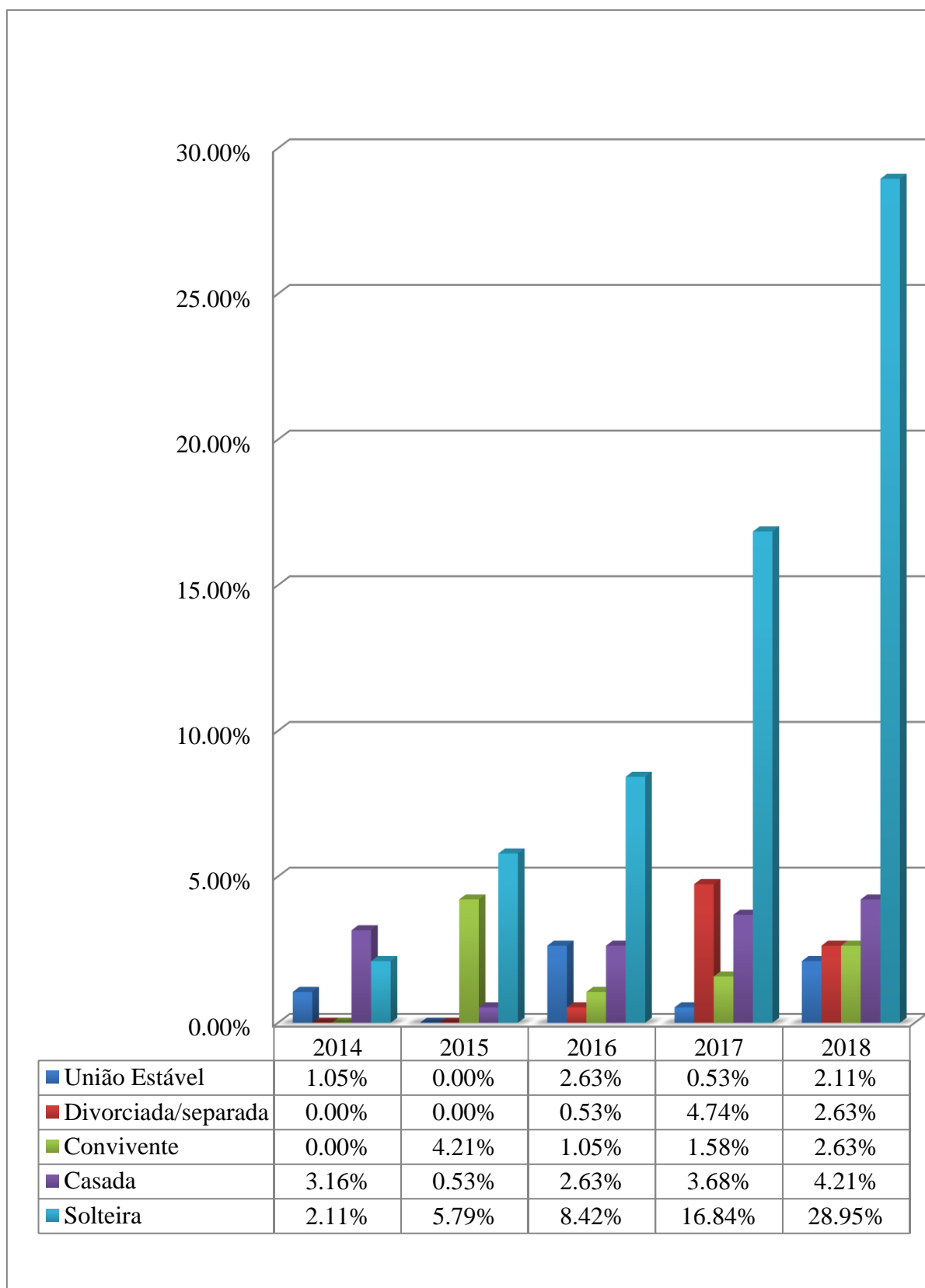
Dessa forma, os dados apresentados da população adulta municipal pelo censo assemelham-se com os dados revelados das mulheres em situação de violência atendidas no CRM, no tocante a tabela 02, que apresenta a faixa etária das mulheres, explicitada entre 18 a 29 anos com 32,39% e em seguida entre 30 a 39 anos com 30,30%.

Compreende-se assim, que o maior índice de escolaridade das mulheres, apresenta-se no ensino fundamental incompleto, com 40,45% (com 72 registros) entre os anos de 2014 a 2018 e o menor índice corresponde à alfabetização e semi alfabetização, com o percentual de 1,12% (com 02 registros nas duas variáveis).

Ao reiterar a importância dos múltiplos fatores, infere-se que, apesar da Diretoria de Políticas para as Mulheres enquanto OPM's, atuar dentro do CRM em busca de parcerias com as ONG's e rede socioassistencial com a finalidade de incluir as mulheres em situação de violência no mercado de trabalho, a maioria das mulheres não conseguem se inserir nos cursos profissionalizantes ofertados. Pois, os mesmos exigem, ora ensino fundamental completo, ora ensino médio completo, e como foi elucidado o ensino fundamental incompleto, apresenta predominância entre os demais níveis identificados no CRM.

Cabe assinalar que, as mulheres acolhidas no CRM são encaminhadas para participar das oficinas produtivas no grupo intitulado "A Força da Mulher", que de tal forma não exigem escolaridade, diferentemente dos cursos profissionalizantes supracitados. É inegável, porém, que apesar das oficinas possuírem caráter de naturalização e subordinação da mulher, as mesmas proporcionam um espaço de inclusão, conhecimento e interação entre as mulheres. Esses elementos serão abordados com mais detalhes, adiante. Na página seguinte, será elucidado o terceiro e último indicador referente ao perfil das mulheres em situação de violência no CRM.

Gráfico 06. Estado Civil das Mulheres em Situação de Violência Identificadas no CRM -%



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais do Centro de Referência da Mulher de Barra dos Coqueiros/SE entre os anos 2014 a 2018.

No que tange ao estado civil, os dados retratam que a mulher solteira apresenta o maior percentual, com 62,11% (com 118 registros) na totalidade dos anos do período da análise. Ressalta-se que, foi considerado como solteira a autodeclaração das mulheres no momento do acolhimento/atendimento.

A segunda maior incidência relaciona-se à mulher casada, que corresponde ao percentual de 14,21% (com 27 registros) e o estado civil convivente como terceira incidência em destaque, com representatividade de 9,47% (com 18 registros), entre o mesmo intervalo de tempo supracitado. Após a apreciação das fichas cadastrais/notificações, percebe-se que, é considerado como casada ou convivente as mulheres em situação de violência que se declararam casadas ou que informavam conviver no mesmo âmbito familiar que o agressor.

Detectou-se também, que o estado civil divorciada ou separada, corresponde a 7,89% (com 15 registros) e a união estável como a última representatividade de 6,32% (com 12 registros), no período entre os anos de 2014-2018. Cabe salientar que, compreende-se como divorciada/separada as mulheres que romperam legalmente e “definitivamente” do casamento civil.

Ressalta-se que, o gráfico 04 evidencia que os agressores identificados no CRM, possuem relação afetiva com a mulher em situação de violência, tais como: companheiro, esposo/marido, e namorado. Isto posto, o gráfico 06, apresenta uma contradição em relação ao estado civil das mulheres em situação de violência, pois, as mesmas autodeclaram-se como solteira e convivente em sua maioria. Nesse sentido, pode-se inferir que, as mulheres se declararam como solteira, por não ter compromisso firmado perante à justiça e com isso, sentem-se encorajadas a denunciarem seus agressores, a partir do conhecimento das formas de violência e da promulgação da Lei Maria da Penha com a intensificação das divulgações dos serviços ofertados pelo CRM no município de Barra dos Coqueiros/SE.

Tais constatações, forneceram subsídios para as autoras no que diz respeito à compreensão acerca do público-alvo atendido no CRM, assim como corroboram para divulgação de dados relacionados à violência doméstica no município, por meio das fichas/notificações preenchidas pela equipe interdisciplinar da instituição.

Ampliam-se deste modo, a partir da análise dos relatórios de gestão dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, que o Centro é composto por equipe interdisciplinar conforme explicitado no quadro 01 na página seguinte:

Quadro 01. Quantitativo de Profissionais Identificados no CRM durante os de 2014-2018.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Equipe Interdisciplinar					
Assistente Social	01	01	01	01	01
Psicóloga	01	01	01	01	01
Advogada	01	01	01	01	01
Auxiliar de Serviços Básicos	02	01	02	01	01
Motorista	01	-	-	-	-
Auxiliar Adm	01	-	-	01	01
Recepcionista	01	01	01	01	01
Oficineiras	01	01	01	02	02
Coord. Municipal de Políticas Públicas	01	01	01	01	01
Coord. do CRM	01	01	01	01	01
Estagiário(a) de Psicologia	01	-	-	01	01
Estagiário(a) de Serviço Social	01	-	-	01	01
Orientadora Social	-	-	01	01	01
Cuidadora de criança	01	-	-	-	-
Vigilante Noturno	01	01	01	01	02
Porteiro	-	-	-	01	01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados a partir dos Relatórios de Gestão no período 2014-2018.

A maioria dos dados coletados no quadro 01 foram extraídos dos Relatórios de Gestão, entre os anos 2014-2018, contudo, algumas informações foram fornecidas pela Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres, que a partir de dezembro de 2018, tornou-se Diretora de Políticas Públicas para as Mulheres no município de Barra dos Coqueiros. Frente a isso, os

profissionais a saber, porteiro, vigilante noturno, motorista não constam nos quadros apresentados nos relatórios. Mas, de acordo com a referida diretora, os mesmos compõem a equipe do CRM conforme explicitado anteriormente no quadro.

Ao comparar esse quadro com a Norma Técnica de Uniformização (2006a), verifica-se que no CRM, há um acréscimo de profissionais que compõem a equipe como já mencionado Mas, além destes, a Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres – CMPPM e a Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres, trabalham efetivamente em parceria com o CRM, ambas vinculadas a Secretaria Municipal da Assistência Social – SMAS, exercendo o papel de articuladoras das instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento à Mulher no município.

No quadro 02, pode-se verificar a relação de profissionais que devem compor os centros de referência, de acordo com a NTU (2006a) e os profissionais identificados no último relatório de gestão de 2018.

Quadro 02. Comparativo entre Profissionais conforme Norma Técnica de Uniformização e Profissionais do CRM.

Serviços	Nº mínimo de profissionais de acordo com NTU	Nº de profissionais do CRM no ano de 2018
Coordenação	1 coordenador(a)	1 coordenadora
Recepção	2 secretários(a)	1 recepcionista
Atendimento inicial	1 psicólogo(a) 1 assistente social	1 psicóloga 1 assistente social
Atendimento Jurídico	1 advogado(a)	1 advogada
Atendimento Social	1 assistente social	-
Atendimento Psicológico	1 psicólogo (a)	1 psicóloga
Atividades complementares	1 arte-terapeuta	3 oficineiras
Brinquedoteca	1 educador(a)	-
Serviços Gerais	1 ajudante-geral	1 auxiliar de serviços básico
Total	11	10

Fonte: Elaboração própria a partir da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - NTU e Relatório de Gestão do CRM do ano de 2018.

Perante o exposto, constatou-se que, de modo geral o CRM possui um quadro de profissionais similar ao que está previsto na norma técnica. No entanto, as únicas discrepâncias encontram-se no déficit de profissional na recepção, uma vez que o órgão possui apenas uma recepcionista, ao invés de dois secretários. Além disso, o órgão não possui brinquedoteca, mas para atividades complementares conta com o quantitativo de três oficineiras.

O referido órgão, desenvolve ações e serviços¹⁹. As ações são de duas natureza, uma têm o caráter mais pontual, sendo desenvolvidas de acordo com a demanda espontânea do município e outras são desenvolvidas anualmente de acordo com o Plano Anual da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS de Barra dos Coqueiros e os aparatos legais. Os serviços ofertados são planejados de acordo com as recomendações do Plano e das normas legais que respaldam a política, no entanto, eles diferem da ação, porque há um contato direto com a mulher em situação de violência, por exemplo, no atendimento/acolhimento, no acompanhamento para prestar o Boletim de Ocorrência – BO, fazer a perícia no Instituto Médico Legal – IML e outros. Com isso, pretende-se enfatizar que os serviços têm a natureza de permanência, pois há um contato da equipe interdisciplinar com a mulher em situação de violência, isto é, o Centro têm que seguir a NTU.

Assim, o CRM executa eventos comemorativos (quadro 03) já pré-estabelecidos anualmente no Plano da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS tais como: blitz de enfrentamento a violência no período carnavalesco junto ao Centro Especializado da Assistência Social – CREAS e o Departamento de Igualdade Racial – DEPIR como forma de enfrentamento a todos os tipos de violações de direitos, gênero, racismo e violência sexual contra crianças e adolescentes; atividades alusivas ao dia Internacional da Mulher tais como: distribuição de faixas para expor na cidade, palestras na rede de atendimento e no CRM; escolha de um dia no mês de março para atividades voltadas ao bem estar e saúde da mulher; participação e apresentação do grupo de mulheres no Encontro Cultural do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – S.C.F.V.

Outra ação permanente é o Agosto Lilás, onde a ênfase é informar a importância da lei 11.340/06 Maria da Penha nas escolas com a campanha “quem ama abraça”. A escolha das escolas ocorre anualmente, após identificação a partir das fichas de acolhimento, do bairro com maior índice em casos de violência doméstica. Com isso, é realizada parceria com a escola inserida nessa comunidade. Na rede de atendimento, o órgão realiza palestras com foco na importância da Lei Maria da Penha.

Além disso, no Outubro Rosa busca-se parcerias para realizar atividades de prevenção à saúde da mulher, para o grupo de mulheres e toda comunidade barra-coqueirense, a exemplo

¹⁹O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres possui o objetivo de propor ações de autonomia, igualdade no mundo trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento à violência contra a mulher (BRASIL, 2005, p. 13-19).

de caminhadas. Do mesmo modo, a campanha dos 16 dias de Ativismo²⁰, que envolve dentre as atividades, panfletagem na cidade, palestras nas escolas e caminhada com os funcionários homens da administração municipal, intitulada “todos os homens pelo fim da violência contra a mulher” Laço Branco. Essas ações são ilustradas no quadro 03 a seguir.

Quadro 03. Ações Permanentes Identificadas no CRM durante o período de 2014-2018.

Ações	Descrição/Atividades / parcerias / período
Blitz	“A Barra no Enfrentamento à Violência” em parceria com o CREAS e DEPPIR – antes do carnaval
	Dia Internacional da Mulher: entrega de rosas e brindes – março
16 dias de ativismo: de 20 de novembro a 10 de dezembro	Palestra para idosos do SCFV; divulgação do CRM de cartazes nos pontos comerciais no município
	Visita do Ônibus Lilás a comunidade Quilombola “Pontal da Ilha”
	06 de dezembro: Caminhada “Homens pelo fim da violência contra a mulher” Campanha do Laço Branco Entrega de laços brancos e panfletagem no aniversário da cidade
Dia Internacional da Mulher	Blitz: entrega de rosas e brindes Exames preventivos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde; Aulão de Zumba; Café da Manhã; Palestra: Empoderamento e Políticas Públicas para as Mulheres Faixas ilustrativas pela cidade e entrega de brindes
Ações preventivas	Ação conjunta preventiva sobre as formas as formas de violência (crianças e adolescentes e contra mulher) realizada no período carnavalesco em parceria com o CRM e CREAS
Agosto Lilás	Ações enfatizando a importância da lei 11.340/06 Maria da Penha
Outubro Rosa	Ações de prevenção à saúde da mulher

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados a partir dos Relatórios de Gestão no período 2014-2018.

²⁰ Constitui-se em uma mobilização global da sociedade civil, três esferas de governo, escolas, movimentos de mulheres com a finalidade de estimular o ativismo da violência contra as mulheres e meninas. No Brasil, essa mobilização dura em torno de 21 dias, com início no dia 20 de novembro, e se encerra no dia 10 de dezembro.

Sabe-se, também, que a diretoria de políticas públicas para as mulheres busca parcerias com as ONG's e rede socioassistencial, a exemplo do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho. Esse programa constitui-se na busca da autonomia dos usuários da PNAS, a partir de articulações das políticas públicas para acompanhamentos e encaminhamentos dos usuários para vagas de emprego, que encontram-se em vulnerabilidade ou risco social.

Dentre as parcerias que o programa disponibiliza, ressaltam-se cursos profissionalizantes disponibilizados pela SMAS também em parceria com SESC e SENAI, como o Pronatec; Pronatec/Mulheres Mil (ano de 2014), que foram ofertados para as mulheres em situação de violência que constituem o grupo intitulado “A Força da Mulher”, as quais foram acolhidas pela instituição devido à situação de violência, assim como, as demais mulheres do município que são usuárias da assistência.

Ademais, os dados analisados revelam que o CRM desenvolve outras ações preventivas para a comunidade barra-coqueirense tais como: palestras nas escolas, na Rede Socioassistencial (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar), Unidades Básicas de Saúde – UBS; caminhadas, panfletagem, parcerias com as demais secretarias municipais e órgãos não governamentais – ONG'S. As palestras, são realizadas pela equipe interdisciplinar do CRM a partir de alguns temas específicos das políticas públicas para as mulheres, bem como público-alvo e as parcerias firmadas pela instituição no decorrer do período do estudo analisado. Essas palestras são ilustradas no quadro 04 na página seguinte.

Quadro 04. Palestras Identificadas no CRM durante o período 2014-2018

Tema	Público alvo/ Parceria
Lei Maria da Penha	Os avanços e desafios – Alunas do Curso Beleza que faz bem do Centro Comunitário Sócio Cultural 12 Anos da Lei Maria da Penha- Colégio Estadual José Franklin 12 Anos da Lei Maria da Penha- S.C.V.F; 12 Anos da Lei Maria da Penha – Colégio Municipal Creuza Gomes Alunos do EJA
Violência Doméstica	Unidade Móvel de Saúde - Vereadora Ana dos Anjos Santos
Empoderamento Feminino	Usuárias do CRAS – grupo de gestantes Usuários do CRAS – grupo de deficientes Palestra em parceria com a Secretaria de Saúde na Praça Hildete Falcão
Prevenção à Violência Doméstica e postura do agressor	Usuárias do CRAS – grupo de gestantes Grupo de Mulheres do CRM – equipe multidisciplinar do CRM
Auto estima da mulher	Praça Santa Luzia – Parceria com a Secretaria da Saúde
Valorização da Mulher Negra	Comunidade Quilombola – parceria com DEPPIR
Contra a Homofobia e Transfobia	Grupo de Mulheres do CRM – parceria com CREAS
Contra a Homofobia e Lesbofobia	Colégio Creuza Gomes - parceria com CREAS
Palestra Pelo fim da Violência contra as Mulheres	Colégio Carlos Firpo - parceria com a Secretaria de Saúde - II Feira da Saúde
Sororidade	Grupo de Mulheres do CRM – parceria com alunos da FASE
Prevenção ao Câncer de Mama	Grupo de Mulheres do CRM – parceria com alunos do PET (Programa de Educação Tutorial – UFS) e Mulheres Voluntárias da AMO
Laço Branco	Grupo de Mulheres do CRM – equipe multidisciplinar do CRM

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados a partir dos Relatórios de Gestão no período 2014-2018.

As oficinas realizadas no CRM, têm a propositura de estimular e empoderar as mulheres inseridas no grupo “A Força da Mulher” que acontecem nas terças-feiras pela manhã no horário das 08:00h às 11:00h e nas quartas-feiras das 13:30h às 16:30h. O quantitativo de mulheres identificado a partir das fichas/notificações, aproxima-se de 10 mulheres no grupo das terças-feiras e de 30 mulheres nas quartas-feiras.

Acresce que, as mulheres acolhidas por violência doméstica, após análise no atendimento pela equipe técnica, são encaminhadas para os cursos profissionalizantes da rede socioassistencial, ONG’s e para o grupo supracitado, no intuito de promover e estimular a independência financeira. Vale ressaltar que, o grupo de mulheres não é composto apenas por mulheres em situação de violência, e sim pelas demais mulheres que despertaram interesse em participar do mesmo.

Dessa forma, a participação em oficinas produtivas, contribui para ampliação do conhecimento na construção de artesanatos manuais, utilizando diversas matérias-primas tais como: caixa de leite, vasos de margarina, garrafas pet, garrafas de vidro, retalhos de tecido, assim como, participam de palestras preventivas, passeios e danças culturais.

No entanto, verifica-se que, a renda familiar das mulheres atendidas na instituição, baseia-se no programa de transferência de renda (Bolsa Família) e/ou trabalhos informais de seus parceiros que complementam a renda per capita familiar. Essas oficinas, são ilustradas no quadro 05, na página seguinte.

Quadro 05. Oficinas Identificadas no CRM durante período 2014-2018

Oficinas Identificadas no CRM durante período 2014-2018
Oficina artesanal Capitonê
Oficinas porta pano de prato e bijouterias
Oficina de ovos de chocolate recheado, em comemoração a páscoa
Confecção de trufas incentivando as mulheres a obterem uma renda e ganhar a sua autonomia
Oficinas de chaveiros
Oficinas artesanais de confecções de porta jóias, jarros artesanais com material reciclável
Oficina artesanal de embalagens para presente
Oficina artesanal com garrafas de vidro e porta lápis com retalhos de feltro
Oficinas artesanais com a confecção de quadros em isopor
Oficinas artesanais de confecção de quadros com flores de fuxico, porta lápis com retalhos de EVA em mosaico e porta papel higiênico com garrafa pet grupo
Oficinas de peso de porta
Oficina porta lápis
Oficinas artesanais com garrafas de vidro, flores de caixa de ovo e pinturas de quadro mosaico
Oficina de culinária com os alunos de nutrição do “Ninota Garcia” - UNIT.
Oficinas artesanais de pintura em tecido e botas em feltro para lembranças de natal

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios de Gestão no período 2014-2018.

A partir dos dados identificados no quadro acima, é possível compreender as minúcias demarcadas pela instituição, ao ofertar oficinas que naturalizam e reforçam a subordinação da mulher em relação a sua condição, conforme descrito no capítulo 02 dessa monografia, intitulado “Violência contra a mulher e violência doméstica: subordinação ou naturalização?”. Nesse sentido, as oficinas de cunho manual, são naturalizadas como tarefas domésticas e de caráter feminino, ainda reproduzidas na sociedade machista e patriarcal. É oportuno ressaltar que, asicineiras que atuam no grupo, são contratadas para realizar atividades na rede socioassistencial e no CRM. Pode-se inferir que, as propostas de oficinas não estão articuladas com o diagnóstico elaborado pela equipe técnica, diante do atendimento individualizado de cada mulher, pois, como foi mencionado, asicineiras atuam em mais de um grupo. Com isso, as mesmas não possuem tempo hábil para propor oficinas que promovam a ruptura da subordinação e naturalização da mulher.

Em relação aos trabalhos manuais, algumas mulheres conseguem ampliar os conhecimentos adquiridos no grupo, no tocante à promoção da sua autonomia financeira a partir da venda de produtos construídos nas oficinas.

Contudo, cabe salientar que, o grupo de mulheres, constitui-se em um espaço muitas vezes de “fuga” da realidade vivenciada por algumas mulheres que participam do mesmo, ao se deslocarem de suas residências até o CRM, no intuito de participar efetivamente das atividades propostas pelo órgão. Além disso, o grupo supracitado também constitui-se em um espaço de interação, comunicação e troca de experiência com outras mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa monografia teve como objetivo fazer uma análise das ações desenvolvidas e serviços ofertados no Centro de Referência da Mulher Prof.^a Neuzice Barreto do município de Barra dos Coqueiros/SE. No que tange aos procedimentos metodológicos, pode-se dizer que, a análise foi realizada por meio de documentos, entre eles, as fichas cadastrais/notificações, que a equipe interdisciplinar do CRM utiliza para realizar o acolhimento/atendimento das mulheres em situação de violência, assim como de mulheres que não perpassam por essa situação, a exemplo das mulheres do grupo “A Força da Mulher”.

A realização da pesquisa, permitiu concluir que as formas de violência com maior predominância foram a física e psicológica. Os dados revelam que, em relação ao perfil das mulheres em situação de violência, destacaram-se mulheres jovens e adultas, solteiras e com baixa escolaridade. Os principais agressores identificados foram, os companheiros e ex-companheiros. Perante a complexidade que perpassa a violência contra a mulher, salienta-se que a demanda espontânea e a busca ativa – 11^o Delegacia constituem-se como as principais formas de acesso ao serviço da instituição *locus* de investigação.

É importante realçar que, o CRM, como órgão que constitui a rede de enfrentamento e atendimento à violência contra a mulher, realiza trabalhos de articulação com a rede municipal e alguns equipamentos da rede estadual, conforme preconiza a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. No que diz respeito à problemática da violência de gênero, perpetrada por todas as classes sociais, o CRM realiza a partir de uma perspectiva educativa, palestras nas escolas, pois entende-se que, a educação é uma ferramenta de grande relevância para contribuir na diminuição desse ato em toda sociedade.

O que concerne a localização e o espaço, é importante frisar que, o órgão é estruturado em prédio próprio, possui equipamentos de informática, salas individualizadas para atendimento/acolhimento, placa de sinalização. Todos esses elementos adequam-se a NTU. Porém, o espaço não fica próximo a rede de atendimento e enfrentamento, o que dificulta os encaminhamentos das mulheres em situação de violência, que buscam o serviço por demanda espontânea.

Constatou-se na análise das fichas/notificações, que o CRM desenvolve as ações previstas no Plano Nacional, Plano de Enfrentamento e o Pacto de Enfrentamento a exemplo de Blitz carnavalesca, Dia Internacional da Mulher, Agosto Lilás - Lei Maria da Penha, Campanha dos 16 dias de Ativismo. São ações que buscam intersectorializar e transversalizar com a rede de atendimento municipal. Correlacionando estas ações com as leituras, verifica-se

que o órgão tem autonomia relativa para efetivá-las, pois são providas com recursos oriundos do fundo da SMAS e os serviços de atendimento são executados de acordo com a NTU. Pode-se acrescentar que, o Centro tem em sua equipe de gestão constituída pela diretoria e a coordenadoria da mulher municipal, cujos papéis são: impulsionar, articular as atividades e ações executadas no serviço com a rede.

Na análise, constatou-se a necessidade de capacitação de seus profissionais de forma contínua. Nos anos anteriores ao período de análise, a equipe participava de capacitações, a exemplo dos fóruns estaduais, espaços relevantes para o enriquecimento das estratégias necessárias para a efetivação das políticas públicas para as mulheres, inclusive apontando as diversas mudanças no serviço. Assim, assinala-se que a falta de capacitação impacta diretamente na efetivação dos serviços prestados à mulher em situação de violência no município de Barra dos Coqueiros.

O CRM como o único centro municipalizado do estado, destaca-se em comparação aos demais CREAM's de Sergipe, assim como os Organismos de Políticas para Mulheres – OPM's do município, instaurados no ano de 2009, conforme Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007). Em 2009, com a OPM, há implementação das políticas públicas para as mulheres no CRM da Barra dos Coqueiros. Destarte, a OPM é estruturada com a diretoria e a coordenadoria da mulher que atuam nas ações e serviços do CRM.

No que tange a NTU, em um dos seus princípios, é recomendado ao CRM quantificar e produzir de forma periódica e sistêmica os casos atendidos. Percebe-se, que esses dados são quantificados em planilhas mensais, mas não são divulgados. Eles estão disponibilizados no relatório de gestão, a ser encaminhado de forma anual para SMAS, mas não é distribuído entre a equipe, por exemplo.

A partir da análise, sugere-se implementar ações nas demais secretarias do governo municipal, intersetorializar a promoção das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, a saber, nas festividades da cidade, em outdoors, manifestações culturais, propagandas, site da prefeitura, site próprio da instituição e telefone com número fixo para receber e fazer ligações como forma de possibilitar a divulgação do CRM enquanto serviço especializado de atendimento à mulher no município.

A propósito dessas informações, os resultados desse estudo proporcionaram a contribuição de um olhar mais amplo, com vistas a compreender as questões que englobam todas as formas de violência de gênero e violência doméstica. Dessa forma, fornecem subsídios para a construção da vida profissional, no que diz respeito a qualificação do atendimento que será prestado aos usuários(as), nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que as autoras possam

se inserir futuramente. Considera-se que a produção de diagnósticos trimestrais, possibilitaria estratégias de viabilizar saberes a comunidade barra-coqueirense e a sociedade em geral, bem como, contribuir com demais trabalhos acadêmicos, no que tange os elementos teóricos para estudo de futuras/os pesquisadores/as e/ou pesquisas afins.

Com isso, fez parte do processo do conhecimento, entender de maneira significativa, as formas de violência contra a mulher, o processo da implementação da Lei Maria da Penha, conceito de Gênero e a contribuição importante dos movimentos feministas para o debate e formulação de políticas públicas voltadas para o segmento feminino da população, principalmente no quesito de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Através de uma comparação dos resultados encontrados, com o objetivo proposto nessa monografia, que se constituiu em analisar as ações desenvolvidas e serviços ofertados às mulheres em situação de violência em Barra dos Coqueiros, constatou-se que, o CRM efetiva os princípios norteadores da NTU, mesmo diante do enfrentamento em relação ao desmonte das políticas públicas para as mulheres no âmbito nacional, com o atual governo. Essa conjuntura, impacta diretamente na efetivação dos serviços, no que concerne a restrição de articulações à nível estadual e municipal, para o fortalecimento das redes de atendimento e enfrentamento, uma vez que, a violência transcende as categorias de raça, gênero, nível econômico, religiões e orientação sexual.

Apesar de inúmeros avanços tanto em debate, leis e políticas especializadas, ainda é preciso consolidar a rede de enfrentamento que engloba os serviços de atendimento, para que as mesmas possam abarcar as inúmeras refrações que essa demanda apresenta, de acordo com suas especificidades e contextos próprios, com o intuito de garantir e efetivar os direitos conquistados pelas mulheres ao longo da história. Em síntese, à violência contra a mulher apresenta inúmeros estigmas sociais e a sociedade ainda reproduz discursos que culpabilizam a mulher em situação de violência, diante da situação vivenciada, reforçando a subordinação e naturalização da violência, mediante o machismo e o patriarcalismo perpetrados no decorrer dos anos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L. H. M. de.; DINIZ, G. R. S. Estudos sobre masculinidades e seus impactos no trabalho com homens autores de violência. **Revista Gênero**, v.17, n.2, p. 81 - 94, 1. sem. Niterói, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31264>. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

ARAGÃO, I. R; SANTOS, G. N. dos; SOUZA, A. M. B. Patrimônio Cultural Naval e Proposta de Roteiros Turísticos para as Embarcações Tototós pelo estuário do Rio Sergipe. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 93-110, ago. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/1152/480>. Acesso em: 04 de agosto de 2019.

ARANHA, M. L. M; JESUS, E. A. de. O marco instituição da política pública para as mulheres e o combate à violência contra a mulher: uma aproximação da realidade sergipana. In: GONÇALVES, M. da. C. V. (org.). **Política Social e Serviço Social**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009. p. 265-292.

ASSMANN, S. J. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. **Revista Internacional Interdisciplinar**, v.4, n.1, jan./jun. Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/911>. Acesso em: 07 de julho de 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Município. Barra dos Coqueiros. 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barra-dos-coqueiros_se. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 06 de junho de 2018.

BRASIL. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm. Acesso em: 06 de junho de 2018.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, [1934]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 28 de julho de 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 06 de junho de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social–PNAS/2004 e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011a. 70p.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 26p.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de políticas para as mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 237p.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011b. 44p.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher- Plano Nacional**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003. 68p.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à violência contra as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011c. 74p.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas Públicas, 2006b. 43p.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

CARVALHO, G. B; NASCIMENTO, G. O. Violência contra a mulher: desafios da rede de proteção às vítimas do município de Aracaju. **Revista Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science** v.4, n.2, ed. especial, jul/dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/download/1341/1220/>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA). **1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: 2004. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=997:1conferenci

a-nacional-de-politicas-para-as-mulheres&catid=120:numero-136-agosto-de-2004&Itemid=129. Acesso em: 09 de fevereiro de 2019.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL. Sobre Cejil. Quem Somos. [20--]. Disponível em: <https://www.cejil.org/es/quienes-somos>. Acesso em: 28 de julho de 2019.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório Anual 2000. **Relatório nº 54/01, Caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes**. Disponível em: <http://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>

CONSOLIM, V. H. **Segunda onda feminista**: desigualdade, descriminação e política para as mulheres. Justificando mentes inquietas pensam direito, [s.l.], 14 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/09/14/segunda-onda-feminista-desigualdades-culturais-discriminacao-e-politicas-das-mulheres/>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n.2, p. 9-35, 1.sem, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em 03 de junho de 2019.

CUNHA, B. M. Violência contra mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. In: XVI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE DIREITO DA UFPR, 2014, Universidade Federal da Paraíba. **Anais [...]**. Universidade Federal da Paraíba: [s.n], 2017. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, C. S. de. (org.); NETO, O. C. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi...posso contar**. 2ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: Acesso em: 13 de julho de 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, C. Barra: já foi a ilha dos Coqueiros. In: **História dos Municípios**. ed. Cinform independência e credibilidade, junho, 2002.

GROSSI, M. P. De Ângela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. **Revista Estudos Feministas** v.1, n.1, p.166 – 168. 1993. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16003/14503>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

GROSSI, P. K; COUTINHO, A. R. Violência doméstica do campo: desafios às políticas públicas. **Serviço Social em Revista**, v. 20, n.1, p. 25-40, Jul./Dez. Londrina, 2017.

Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/32071/23366>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Sergipe. Barra dos Coqueiros, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/barra-dos-coqueiros.html>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Área Territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/barra-dos-coqueiros.html?>. Acesso em: 3 de agosto de 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA (BRASIL). **Ciclo da violência contra a mulher**: Saiba identificar as três principais fases do ciclo e entenda como ela funciona. Fortaleza, CE: IMP, [2018?]. Disponível em <http://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LADEIA, C. R; NATARIO, E. G. Autogestão no capitalismo: uma equação complicada. *Revista Marxismo e autogestão*, ano 1, n.1, jan/jun. 2014

LISBOA, T. K. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. **Revista Temporalis**, n.27, p.33-56, jan./jun. Brasília (DF), 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543>. Acesso em: 06 de abril de 2019.

LISBOA, T. K; PINHEIRO, E. A. A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra mulher. **Revista Katalysis** v.8, n.2, p. 199-210, jul/dez. Florianópolis/SC, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/6111/5675>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

LEMOS, R. de. O. Os feminismos negros: **Revista Espaço Acadêmico**, ano XVI, v. 16, ed. 185, p. 12-15, out. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/35873577/Os_feminismos_negros_a_rea%C3%A7%C3%A3o_aos_sistemas_de_opress%C3%B5es. Acesso em 17 de agosto de 2019.

MARCELINO, G. As Sufragistas e a primeira onda do feminismo. **Revista Movimento**, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/3801/>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

MESQUITA, A. P. de. A violência contra a mulher em Maceió: o perfil dos agressores. In: SARDENBERG, C. M.B; TAVARES, M. S. (org.). **Violência de gênero contra mulheres**: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Coleção bahianas, v. 19. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 247-265.

MORGANTE, M. M; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: **ANAIS DO XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS**, jul/ago. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em: 07 de julho de 2019.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, A. K. C. da M. C. de. **Histórico, produção e aplicabilidade da Lei Maria da Penha [manuscrito]: Lei nº 11.340/2006**. Brasília, 2011. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8429/historico_producao_oliveira.pdf?sequence=3. Acesso em: 09 de fevereiro de 2019.

OLIVEIRA, M. F. S. **Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE**. 2014. 149f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6190>. Acesso em: 17 de novembro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Brasil). Conferências Mundiais da Mulher. Brasília, DF: ONU mulheres, [20--]. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

PEREIRA, M. N; PEREIRA, M. Z. A violência doméstica contra a mulher. **Espaço do Currículo**, v.4, n.1, p. 22-34, mar./set, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/10540/5827>. Acesso em: 02 de junho de 2018

SAFFIOTI, H. I. B. Violência contra a Mulher e Violência Doméstica. In BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**, ed.34, p. 321-338. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

SAFFIOT, H I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SANTOS, C. M; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Universidade de TelAviv, 2005. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2018

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.15, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, L. M. e. et al. **Tototós: embarcações tradicionais do estuário do rio Sergipe**. Aracaju: Iphan-SE, 2015.

SILVA, S. V; OLIVEIRA, C. N. Participação política como Ferramenta de empoderamento feminino: a experiência de estágio no município de Areia Branca/Sergipe. *In*: 17º ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO – REDOR., 2012, Universidade Federal da Paraíba. **Anais [...]**. Universidade Federal da Paraíba: [s. n], 2012.

7 APÊNDICE

I - Roteiro de Análise

- a. Dados de Identificação**
 - **Título do documento:** Formulário de notificação
 - **Ano:** 2014, 2015, 2016, 2017, 2018
- b. Dados de conteúdo**
 - Demanda
 - Estado civil
 - Escolaridade
 - Idade
 - Agressor
 - Tipos de violência

II – Roteiro de Análise

- a. Dados de identificação**
 - Título do documento: Relatório de Gestão
 - Ano: 2014, 2015, 2016, 2017, 2018
- b. Dados sobre o conteúdo**
 - Equipe interdisciplinar
 - Quadro de notificações
 - Encaminhamentos
 - Ações realizadas
 - Grupo de Mulheres

8 ANEXOS



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER PROF. NEUZICE BARRETO

FICHA CADASTRAL**1- BUSCA PELO SERVIÇO****➤ Procedência da Demanda:**

() Demanda Espontânea () Delegacia () Busca Ativa _____

Encaminhamento: Setor/ Unidade Responsável pelo Encaminhamento: () Saúde () IML

() Delegacia () CRAS () CREAS () Conselho Tutelar () ONG () Abrigo

() Judiciário () Educação () Outros _____

➤ Tipo de Encaminhamento: () Guia de Encaminhamento () Relatório () Ofício () CI

() Requisição () Outro _____

Nome e/ou contato da Instituição: _____

2- IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL/ DADOS PESSOAIS

Nome: _____ Apelido: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____ Sexo: () F () M _____

Estado civil: () Solteira () Casada () Viúva () Separada judicialmente/Desquitada/Divorciada

() Outro _____ Escolaridade: _____

Profissão/ocupação: _____ Salário: R\$ _____

Nome de Mãe: _____

Nome de Pai: _____

Endereço: _____

Ponto de Referência: _____ Telefone: _____

RG: _____ CPF: _____

NIS: _____ Recebe Benefício Bolsa Família: () Sim () Não

No momento, encontra-se residindo no mesmo local ou próximo ao agressor: () Sim () Não

Se sim, teria algum outro local que pudesse ir ou alguém que a auxilie: () Sim () Não

Se sim, onde e quem seria: _____



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER PROF. NEUZICE BARRETO
3 - INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE (CASO POSSUA)

Nome: _____ Apellido: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____ Cor/Raça: _____
Endereço: _____
Escolaridade: _____ Profissão/ocupação: _____
Salário R\$: _____ RG: _____ CPF: _____

4 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	PARENTESCO	ESCOLARIDADE	IDADE

Algum membro da família faz uso abusivo de álcool e/ou outras drogas? () Sim () Não

Se sim, quem: _____ Idade: _____

GRAU DE PARENTESCO: _____ Há quanto tempo aproximadamente: _____

Possui alguma enfermidade na família? () Sim () Não Se sim, quem: _____

Faz uso de algum medicamento? () sim () Não Se sim, quais? _____

5 - SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA

➤ **Situação de Trabalho:**

() Empregada () Desempregada () Autônoma _____ () Aposentada () Pensionista

() Aux.Doença () Outro _____ Valor recebido mensalmente R\$ _____

Renda Familiar: _____

Participa de algum Programa de Geração de Renda: () Sim () Não

Se sim, Quais? _____

Participa de algum Programa desenvolvido pelo Município: () Sim () Não



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER PROF. NEUZICE BARRETO

Se sim, Quais? _____

Algum membro da família recebe **BPC (Benefício de Prestação Continuada)**: () Sim () Não

Se sim, Quem? _____

6 - SITUAÇÃO DE MORADIA

Imóvel: () Próprio () Alugado () Financiada () Cedido () Outros: _____

Tipo: () Alvenaria () Barraco () Taipa () Vila () Sítio () Quarto de vila

() Outro: _____

Dependências: Nº de: () Quarto(s) () Sala(s) () Banheiro(s) () Cozinha

() Outros _____

Localização: () Zona Rural () Zona Urbana

Possui Saneamento Básico: () Sim () Não

7 - CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Local da violência:

() Residência () Ambiente de trabalho () Via pública () Bares e afins () Instituições públicas/privadas () Outros _____

Violência de repetição: () Sim () Não () Circunstancial () Continuada () Ignorada

Em caso afirmativo, início há _____ (anos/meses/dias)

No momento da ocorrência, o agressor encontrava-se: () Alcoolizado () Sob uso de alguma substância psicoativa () Outros _____

Prestou ocorrência (BO): () Sim () Não

Foi submetido a exame de corpo de delito e de conjunção carnal (no IML)? () Sim () Não

Já buscou algum outro Órgão para auxilia-la referente a esta situação ou situações semelhantes?

() Sim () Não Se sim, qual: () Saúde () IML () Delegacia () CRAS

() CREAS () Conselho Tutelar () ONG () Abrigo () Judiciário () Educação

() Outros _____



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER PROF. NEUZICE BARRETO

8 - TIPO DE VIOLÊNCIA

Violência Física: Sim () Não () Se sim, Leve () Grave () Gravíssima () Incapacitante ()

Violência Sexual: Sim () Não () Se sim: () Exploração Sexual Comercial () Estupro
() Assédio Sexual () Exploração Sexual Comercial

Violência Patrimonial: Sim () Não ()

Violência Psicológica: Sim () Não ()

Violência Moral: () Assédio moral () Difamação () Injúria () Negligência () Atentado
violento ao pudor () Tráfico de pessoas

Violência sofrida há menos de 72 horas: Sim () Não ()

❖ **Em caso de ESTUPRO:**

Já foi atendida pelo serviço a vítimas de violência sexual para profilaxia do HIV/AIDS e contraceptivos de emergência? () Sim () Não

A(s) ocorrência(s) ocorreram ou vem ocorrendo na presença de crianças e/ou outras pessoas?

() Sim () Não () Às vezes Se sim, na presença de quem _____

9 – SENTIMENTOS/EFEITOS/CONSEQUÊNCIAS ENVOLTOS NO CASO

Como vem sendo a conduta do agressor após o fato? _____

Caso tenha filhos, que mudanças percebeu ou vem percebendo na(s) criança(s) e/ou adolescentes?

() Tristeza ou choro sem aparente razão () Agressividade () Isolamento () Ansiedade
() Sono perturbado, pesadelos, insônia () Baixa no rendimento escolar () Comportamento
infantilizado () Enurese noturna () Outros _____

O que busca fazer a partir de agora? _____

10 - OBSERVAÇÕES TÉCNICAS

[illegible]

Barra dos Coqueiros - SE _____ de _____ de _____



A BARRA NO ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA: DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, MULHERES, RACISMO E HOMOFOBIA.

Não use Máscara, Respeite, proteja e garanta!

DEPIR
Departamento de Promoção da Igualdade Racial

CMPPM
Coordenadoria Municipal de
Políticas Públicas para as Mulheres

CRM
Centro de Referência
da Mulher

CREAS
Centro de Referência
Especializada de Assistência Social

LIGUE 180
DISQUE 100
SMAS
Secretaria Municipal de
Assistência Social
A NOVA E BELA
BARRA DOS COQUEIROS
Governo Municipal
100% CALL
DENUNCIE
CONVITE
SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



8 De Março dia Internacional da MULHER

**Feliz Dia 8 de Março
Para aquela que move montanhas
e luta por dias melhores.
"Força e Perseverança é
sinônimo de Mulher".**

11 Anos
CRM
Centro de Referência
da Mulher

CRM
Centro de Referência
da Mulher
SMAS
Secretaria Municipal de
Assistência Social
A NOVA E BELA
BARRA DOS COQUEIROS
Governo Municipal

